



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC

Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

**Secretaria do desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo de Agrolândia**

***CONCURSO: PRÊMIO AMAVI DE EDUCAÇÃO – 2008***  
***Qualidade em Gestão e Qualidade na Prática da Docência***

**Título: Gestão democrática, uma Prática Possível**

**Categoria: *Qualidade em Gestão***

**Ano de implementação - 2001**

**Agrolândia**  
**2008**

**Dirigente Municipal de Educação:  
Cátia Regina Marangoni Geremias**

**Gestão democrática, uma Prática Possível**

Projeto apresentado ao concurso prêmio  
Amavi de Educação 2008: Qualidade em  
Gestão

[pmeduca@pmagrolandia.com.br](mailto:pmeduca@pmagrolandia.com.br)

fone 47- 35344212 88321448

Agrolândia  
2008

## **Sumário**

INTRODUÇÃO .....	04
JUSTIFICATIVA .....	06
EMBASAMENTO LEGAL.....	07
GESTÃO DEMOCRÁTICA – UMA PRÁTICA POSSÍVEL.....	08
IDENTIFICAÇÃO – NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....	09.
OBJETIVOS DA EQUIPE.....	10
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO.....	10
UNIDADES ESCOLARES E NÚMERO DE ALUNOS 2008 .....	15
DIMENSÕES BUSCADAS NO REFERENCIAL MEC .....	18
PROJETOS E AÇÕES .....	43
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	44
AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	45
ANEXOS.....	46
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	84
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO .....	85
PORTARIA DE NOMEAÇÃO .....	86
TERMO DE POSSE.....	87

## INTRODUÇÃO

Nestes anos que estamos à frente da Educação do Município de Agrolândia, a busca foi incessante pela formação e capacitação de nossos professores, por acreditarmos que somente teremos educação de qualidade com profissionais habilitados, comprometidos e que tenham embasamento teórico e mediações significativas acontecendo em suas práticas.

Agrolândia tem garantido em seu calendário escolar o direito a formação continuada de nossos profissionais, aliadas a certificação, aprovada pelo parecer do Conselho de Educação nº 002 de 07/05/2002.

Observando historicamente podemos nos reportar em um passado bem próximo a elaboração do plano de carreira do magistério público, garantindo direitos e conquistas aos profissionais. Implantado em 22.11.01 através da lei complementar n.º 022/2001. Diante da necessidade de adequações o plano foi revisto e alterado em 19 de dezembro de 2006, pela lei complementar Nº 063. Este processo foi resultado de muito estudo, participação, reuniões e comprometimento de gestores e professores, bem como da visão de futuro e valorização por parte Prefeito Municipal.

A avaliação Funcional decorrente do plano de carreira foi instituída em novembro de 2002, com processo sério e atualmente consolidado através de uma comissão de representantes de professores e gestores. Tem demonstrado ao longo destes anos significativos avanços no aprimoramento dos profissionais, por se tratar de uma avaliação processual e de acompanhamento durante todo o ano.

Cada unidade de Educação tem, através do seu Projeto Político Pedagógico e seguindo as linhas gerais estabelecidas na resolução nº 002/2004 do Conselho de Educação, a autonomia para a construção de suas propostas respeitando as particularidades de cada Centro de Educação.

O credenciamento das Unidades foi iniciado em 29 de março de 2004, através da resolução aprovada pelo Conselho de Educação e com acompanhamento constante.

Nosso Plano Decenal de Educação foi aprovado em 22.09.04 através da LEI Nº 1.482 e com construção elaborada pela efetiva participação das comunidades escolares, de todas as rede de ensino em processo democrático e participativo. Encontra-se em fase de avaliação de metas e objetivos.

Formalizamos o programa de transporte escolar através da lei nº 1.586 de 05.01.06, possibilitando que o programa tivesse inclusive melhoria na qualidade.

E por que não citar a tão almejada conquista do direito legal se efetivando na prática da hora atividade concedida aos profissionais de Educação infantil a partir da normativa de 28 de setembro de 2006.

Realizamos em 2007 a Avaliação Institucional com o envolvimento de toda a comunidade escolar, através do referencial do MEC e objetivando além da participação coletiva a possibilidade de elencar metas e prioridades para os Centros de Educação, resultando em um plano de ação.

Muitos eventos, mostras de trabalho, seminários entre professores e muitas outras atividades, todas com o intuito de divulgar, promover, valorizar o que se faz na nossa Educação.

Programas como merenda e transporte escolar são gerenciados com transparência e parceria de conselhos instituídos, gestores e profissionais da educação.

Houve sim, muitos investimentos, exemplificados neste projeto, em equipamentos e prédios, matérias e serviços, porém o modelo de gestão escolhido criteriosamente foi o pedagógico. Investimos maciçamente no aprimoramento profissional de cada um, formamos uma equipe pedagógica, e com certeza os resultados como poderão analisar, são positivos

Este projeto é o registro de uma caminhada, baseado nos referências de educação do Ministério da Educação, fruto da colaboração de toda uma equipe, através do trabalho sério e intencional dos gestores, professores e comunidade escolar,

“Nem ir mais longe, nem voar mais alto, nem ser o mais forte. Apenas abrir mais caminhos, ampliar os espaços, as idéias e as emoções. Buscar mais qualidade para todos nós e a cada um em particular”

## JUSTIFICATIVA:

O processo educativo é realizado através de muitos atores: alunos, professores, comunidade escolar, gestores, sociedade. Cada um deles, através de suas ações e intencionalidades, podem modificar os rumos da educação.

A gestão da Educação é um item extremamente relevante na política educacional, por ela e pela postura que o grupo adota, perpassam os resultados alcançados .

Observando historicamente o contexto da Educação no Brasil é possível perceber que o processo de gestão democrática já possui alguns ensaios positivos que denotam mudança e melhoria de práticas.

Baseados nesta crença, em Agrolândia, no início de 2001, por decisão governamental formamos um grupo de gestão que atualmente é composto por 10 profissionais. Nos reunimos mensalmente , numa caminhada circular de planejamento, ação ,avaliação e novo planejamento.

O principal foco desta gestão 2001-2008 foi o pedagógico, criamos uma equipe de gestores que precisou , aprender e ganhar a confiança do grupo, para poder desenvolver o seu trabalho.

O motivo da implantação de uma gestão democrática foi, e é, acreditar que o envolvimento de cada elemento deste grupo, o compartilhar de idéias da comunidade escolar , as metas traçadas em conjunto, as ações e a avaliação contínua, tem maiores perspectivas de sucesso no aprendizado dos alunos, este que é o nosso principal objetivo.

## EMBASAMENTO LEGAL

O amparo legal da Gestão democrática está estabelecida na Constituição brasileira, foi regulamentado pela LDB /96 .

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

**VI** - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

**VII** - garantia de padrão de qualidade. (constituição Federal)

**Na LDB :**

**Art. 14º.** Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

**I** - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

**II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Além deste embasamento legal, da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases, as Leis de sistema e os Planos de carreira do Magistério público, apregoam a importância de ações voltadas a práticas de gestão democrática.

O grande desafio consiste em encontrar estratégias para que a lei de fato torne-se ação efetiva. É verdadeiro que muitas tentativas precisam ser feitas, nenhum processo se constrói sem retomar e refazer algumas questões.

O processo se efetiva de fato, quando existe o envolvimento das pessoas e elas percebem, embasadas de teoria e prática , que decisões conjuntas são sempre mais eficazes.

*“Uma Rede existe quando constitui um sistema de instituições interdependentes, isto é, quando nenhum dos membros tem a capacidade de alcançar seus objetivos isoladamente e a rede viabiliza que cada organização possa cumprir as suas metas e permite que, juntas, alcancem os propósitos coletivos”. Chico Whitaker*

## GESTÃO DEMOCRÁTICA – UMA PRÁTICA POSSÍVEL

Este projeto consiste no registro de uma trajetória , de uma realidade que sempre está em movimento, um processo que sempre é rico e inesgotável. Com o grande diferencial de ter sido registrado e garantido na maioria de suas ações, através de legislação.

Procuramos realizar uma seleção dos aspectos mais relevantes, que caracterizam a trajetória da gestão educacional de Agrolândia entre 2001 e 2008. Embasados no referencial do Ministério da Educação que foi o norteador de toda a caminhada e se apresenta neste **Projeto de GESTÃO**.

Pautado nas seguintes dimensões:

### **Dimensão 1. Gestão Educacional**

Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas ou Redes de Ensino

Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem à universalização e à melhoria das condições de qualidade da educação

Comunicação com a sociedade

Suficiência, estabilidade e avaliação da equipe e da instituição escolar

Gestão de Finanças

### **Dimensão 2 – Formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar**

Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica

Formação de professores e técnicos para atuação em Educação Especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas e cumprimento da Lei 10.639/03<sup>1</sup>

Formação de profissionais de serviço e apoio escolar

### **Dimensão 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação**

Elaboração e organização das práticas pedagógicas

Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem

### **Dimensão 4 – Infra-estrutura física e Recursos Pedagógicos**

Instalações físicas gerais

Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na escola pública

Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Acreditamos que foi presente em todos os momentos de nossa prática, a essência da educação municipal de oferecer uma educação pública de qualidade social para todos .

## **Identificação**

**Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo**

**Rua dos Pioneiros nº 109- Centro**

**Município de Agrolândia – SC**

**Cep – 88420000**

**Fone /Fax 47- 3534 4212**

**I - [pmeduca@pmagrolandia.com.br](mailto:pmeduca@pmagrolandia.com.br)**

**site – [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)**

**CNPJ –83102582/0001-44**

**Corpo técnico da Secretaria :**

**Secretária de Educação: Cátia Regina Marangoni Geremias**

**Assessor Administrativo: Adeunir Duarte**

**Coordenadora Pedagógica Geral- Sônia Juçara Kriek**

**Coordenadora Pedagógica – Iliane Neuber da Silva**

## **Níveis e Modalidades de Educação no Município:**

**A Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo de Agrolândia apresenta os seguintes níveis e modalidades.**

### **Educação Infantil -**

- **Berçário - 4 meses a 12 meses**
- **Maternal I – 1 a 2 anos**
- **Maternal II- Dois a três anos**
- **Jardim – três a quatro anos**
- **Pré – Escolar 5anos**

**Ensino Fundamental - 1ª a 5ª série**

**6ª a 9ª série**

## **Objetivos da Equipe que compõe a Secretaria de Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo**

O principal objetivo da Educação Municipal consiste em efetivar a ação educativa embasada nos princípios da universalização, igualdade e acesso à educação, bem como a permanência e obrigatoriedade do Ensino fundamental e da gratuidade escolar.

Na Educação Infantil gradativamente possamos universalizar e garantir o acesso diante da importância que a primeira etapa da educação básica possui, bem como garantir o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A proposta é de uma educação de qualidade, democrática participativa, inclusiva e comunitária, como espaço cultural de socialização do educando, preparando-o para o exercício pleno da cidadania e da vida.

A Rede Municipal de ensino terá seu trabalho fundamentado na proposta sócio histórica/ interacionista, Ressalta-se a necessidade de reflexão sistemática e constante acerca da prática com a ajuda da teoria em movimento crítico frente às situações e sujeitos reais.

### **BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

Em Agrolândia a história do ensino teve início em 1920, um tempo em que as comunidades deixavam disponíveis o lote para a escola, sobre o qual também construía a Igreja e o cemitério. Mais ou menos no lugar do primeiro cemitério construiu-se uma modesta escola. Primeiramente era um empreendimento da comunidade evangélica, posteriormente o governo responsabilizou-se pelo ensino.

Foram seus professores Rudolf Gaertner, Willy Unbenhaun, Josef Teichmann (que dirigiu também o coro masculino) José Figueiró primeiro professor estadual, Mércia Anderson Klauberg, Etelvina de Oliveira, Fabiano Paterno, Theodor Werner, Rosa Contesini e Carmela Venturi Kanitz.

No princípio em sala de aula só se falava em alemão, algumas salas tinham em torno de 45 alunos, não havia merenda, os estudantes eram responsáveis pela horta.

Existiam escolas em outros lugares do município, como por exemplo na embocadura do Ribeirão do Tigre e outras mais adiante do mesmo vale ; e também em Pitangueira, São João ,Alto Trombudo , Rio Novo, Rio Bonito e Rio das Pedras. Com o funcionamento do Grupo Escolar Pedro Américo e também por conta das nucleações, algumas dessas escolas fecharam.

Centros de Educação da Rede municipal de Ensino que permanecem em atividade no ano de 2008:

#### **Centro de Educação Serra dos Alves**

A Escola Mista Municipal da Serra dos Alves teve suas atividades iniciadas em 15 de fevereiro de 1949, então pertencente ao município de Rio do Sul. As aulas eram ministradas na capela católica da comunidade para 32 alunos. Em 1961, foi adquirido terreno para a construção da primeira escola própria. A escola de madeira foi substituída por uma escola de alvenaria, construída pelo governo de Santa Catarina, passando sua denominação para Escola Estadual Serra dos Alves. Em 1996, esta unidade escolar absorveu outras duas existentes na comunidade, com o processo de nucleação desencadeado pelo Estado: Escola Isolada Serra dos Alves, Escola Isolada Municipal Eduardo Ern e Escola Municipal Serra dos Alves II.

Em 22/08/2001, através da lei 1.246 houve a alteração do nome da Escola para Centro de Educação.

A Escola Complementar, inaugurada em 16 de abril de 2004, iniciou atividades três dias depois. Todos os alunos recebem três refeições diárias e têm transporte gratuito. No segundo turno são oferecidas oficinas, com aulas de dança, música, artesanato, artes cênicas, educação ambiental e computação.

#### **Centro de Educação Otto Grimm**

Antiga Escola Isolada Municipal Otto Grimm. Primeira escola da localidade de Ribeirão do Tigre foi fundada em 1928, abrigando cerca 20 alunos. Em 28 de fevereiro de 1966 o novo prédio foi construído, sob a denominação de Escola Isolada Municipal Otto Grimm, abrigando 49 alunos. Em 22 de agosto de 2001, passou a denominar-se Centro de Educação Otto Grimm.

#### **Centro de Educação Adolfo Hedel**

Antiga Escola Isolada Municipal Bairro Três Barras aberta em 6 de março de 1980, teve alteração na sua nomenclatura e estrutura, passando a chamar-se Escola Isolada Municipal Adolfo Hedel em 1981.

No ano de 1998 aconteceu a nucleação das comunidades de Rio Novo, Ribeirão das Pedras, Ribeirão Garganta, Serra Velha , Capoeira Velha para a Escola Isolada Municipal Adolfo Hedel.

Em 22/08/2001, através da lei 1.246 houve a alteração do nome da Escola para Centro de Educação.

Com a implantação gradativa das séries finais do ensino fundamental, houve ampliação do prédio e adequação de instalações e em 2001, alteração de nomenclatura para Centro de Educação Adolfo Hedel, que atualmente atende alunos de 1ª a 9ª série , oriundos de diversas comunidades.

### **Centro de Educação Rudolfo Theilacker**

Implantado no início da década de 1980 como Escola Isolada Vila Siegel, construída com verbas estaduais, sobre terreno doado por Helmuth Will, Rudolfo Theilacker, Maria Bauer Degenhardt e Alex Krieser.

Em 2 de março de 1981, iniciou suas atividades, com 29 alunos do ensino fundamental, desde então, teve outras denominações: Escola Isolada Rudolfo Theilacker, Escola Isolada Ipiranga, Escola Isolada Ernesto Bohmann e Escola Isolada Rudolfo Theilacker (definida por eleição de voto aberto, em 25 de maio de 1992).

Em 1997, o governo do Estado transferiu a gestão integral da unidade para a Prefeitura de Agrolândia. Com a nucleação em 11 de abril de 2001, a Escola Isolada Municipal Pitangueira passou a ser parte da Escola Isolada Rudolfo Theilacker, que em 22 de agosto de 2001 passou à denominação de Centro de Educação Rudolfo Theilacker, atualmente atende alunos de pré-escolar a séries iniciais do ensino fundamental.

### **Centro de Educação Infantil Hildegard Stoer Grimm**

Criado em 1º de junho de 1989, na Escola Otto Grimm, passando a ter sede própria em 1991, sobre terreno doado por Erhard Grimm, em Ribeirão do Tigre.

Em 02 de julho de 1998 passou à denominação de Centro de Educação Infantil, sob lei nº 1065/98.

Atualmente atende crianças de três a seis anos, no período vespertino.

### **Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe**

Criado 1982, no salão comunitário da Igreja Católica, no centro de Agrolândia, para atender crianças carentes. Em 05 de junho de 1987, passou atender em sede própria foi construída sobre terreno doado por Edgar Kowol.

Em 02 de julho de 1998 passou à denominação de Centro de Educação Infantil, sob lei nº 1064/98.

Atualmente atende crianças com idade entre três a cinco anos, nos períodos matutino, vespertino e integral.

### **Centro de Educação Infantil Criança Feliz**

Criado em 9 de outubro de 1985, em Serra dos Alves, atendendo provisoriamente em um salão, até construir sua sede própria.

Em 02 de julho de 1998 passou à denominação de Centro de Educação Infantil, sob lei nº 1062/98.

Atualmente atende crianças em idades de dois anos a seis anos de idade.

### **Centro de Educação Infantil Hanna Misfeld**

Criado em 1982, na Alameda Trombudo Alto, bairro Três Barras, como Casulo Caminho Feliz. Uma nova unidade foi construída no terreno doado por Paulo Misfeld, inaugurada na década de 1980.

Em 12 de agosto de 1997, denominou-se Centro Educacional Infantil Hanna Misfeld sob lei nº 984/97.

Atende alunos da Educação Infantil e pré - escolar.

### **Centro de Educação Infantil Pica-Pau Amarelo**

Criado em 9 de novembro de 1979, no bairro São João, por sugestão da presidente da LDB, Dorotéia Bornhausen, com apoio da primeira-dama de Agrolândia, Uta Krieser. As atividades tiveram início em 2 de janeiro de 1980, em prédio cedido pela Comunidade evangélica.

Em 02 de julho de 1998 passou à denominação de Centro de Educação Infantil, sob lei nº 1060/98.

Em 2005 a Unidade passou a atender crianças em tempo integral e turmas de matutino e vespertino.

### **Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho**

Criado em 9 de novembro de 1979, no bairro Siegel, em casa cedida pela Destilaria Autônoma Alcoovale. A empresa, através do diretor Walter Siegel, doou um terreno para construção da nova sede.

Em 02 de julho de 1998 passou à denominação de Centro de Educação Infantil, sob lei nº 1061/98.

Atende alunos de 4 meses a três anos em período integral.

### **Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz**

Criado em 17 de junho de 1993, na rua Bruno Prochnow, com a denominação de Creche Municipal Cantinho Feliz, sob lei nº 732/93.

Em 1994, foi transferida para a casa da Comunidade Evangélica, na Alameda Trombudo Alto.

Em 02 de julho de 1998 passou à denominação de Centro de Educação Infantil, sob lei nº 1246 de 22/08/2001.

Em 18 de dezembro de 2000 foi inaugurada sua sede própria, na rua Leopoldo Zwicker.

A creche atualmente atende alunos de 4 meses a três anos em período integral.

### **Centro de Educação Complementar Ewald Bruno Julius Kress**

Implantado através da lei nº 1305 de 23/04/02, na Rua Nereu Ramos, ao lado do Ginásio de Esportes, foi criado o Centro de Educação Complementar Ewald Kress atendia em regime integral 83 crianças.

Em 2006, o Centro de Educação mudou-se para a Rua Artur Feldmann no parque da FECOL.

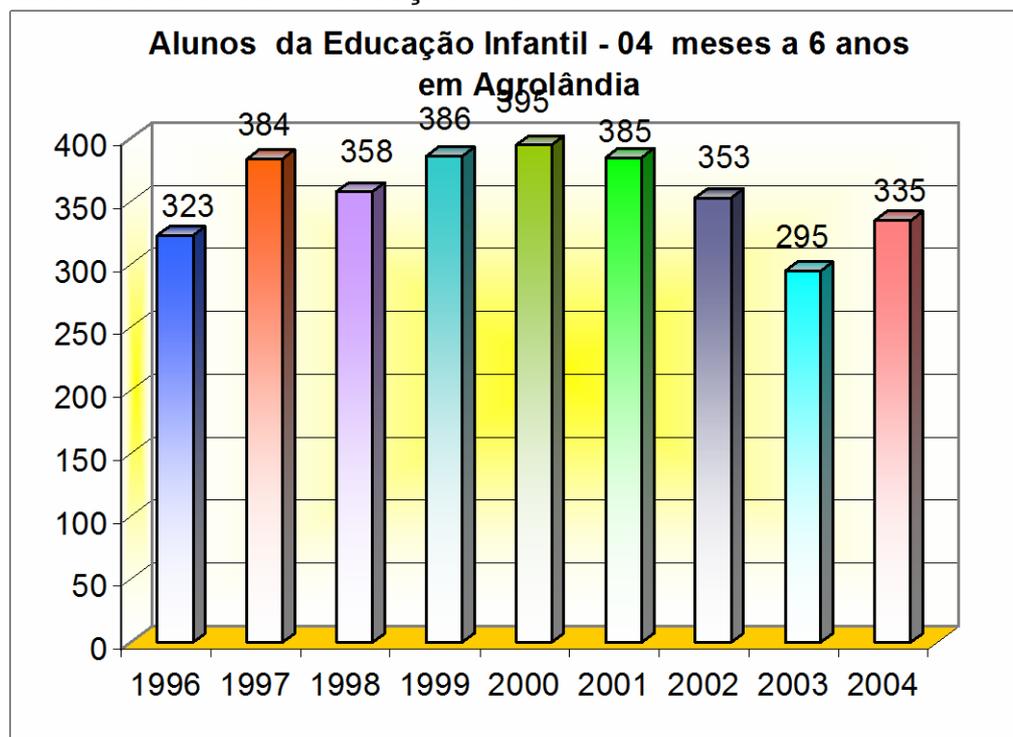
Além das atividades de tarefas escolares, os alunos participam de oficinas de arte, com destaque para dança, teatro, artesanato e música, capoeira. Frequentam alunos do pré-escolar até a quarta série do ensino fundamental.

**Fotos de todas as unidades em anexo.**

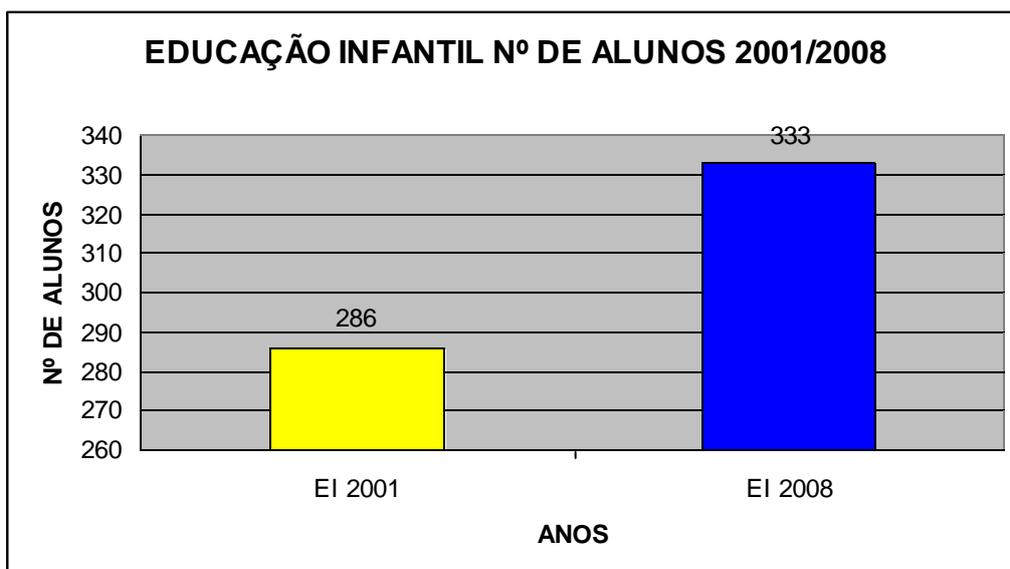
## Unidades Escolares e número de alunos em 2008:

Centro de Educação Adolfo Hedel	386
Centro de Educação Serra dos Alves	44
Centro de Educação Rudolfo Theilacker	98
Centro de Educação Otto Grimm	31
Centro de Educação Infantil Criança Feliz	17
Centro de Educação Infantil Hanna Misfeld	51
Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe	56
Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz	78
Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe	56
Centro de Educação Infantil Pica Pau Amarelo	67
Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho	53
Centro de Educação Complementar Ewald Julius Brunos Kress	82
<b>Total de alunos de 2008</b>	<b>1049</b>

### Quadro de alunos - Educação Infantil



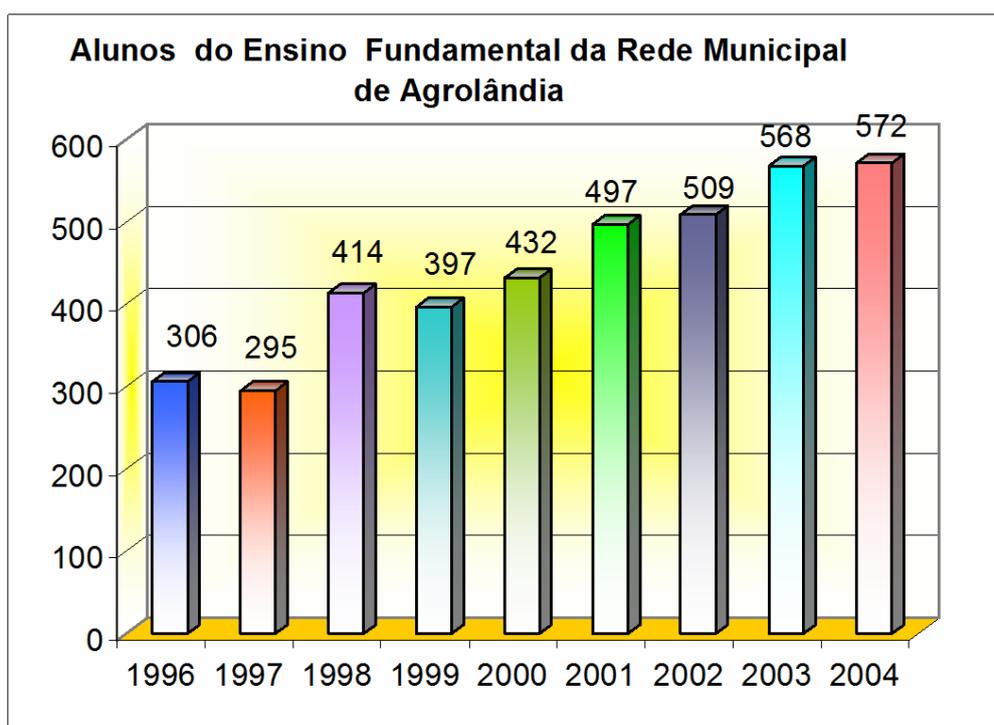
Base de dados inep

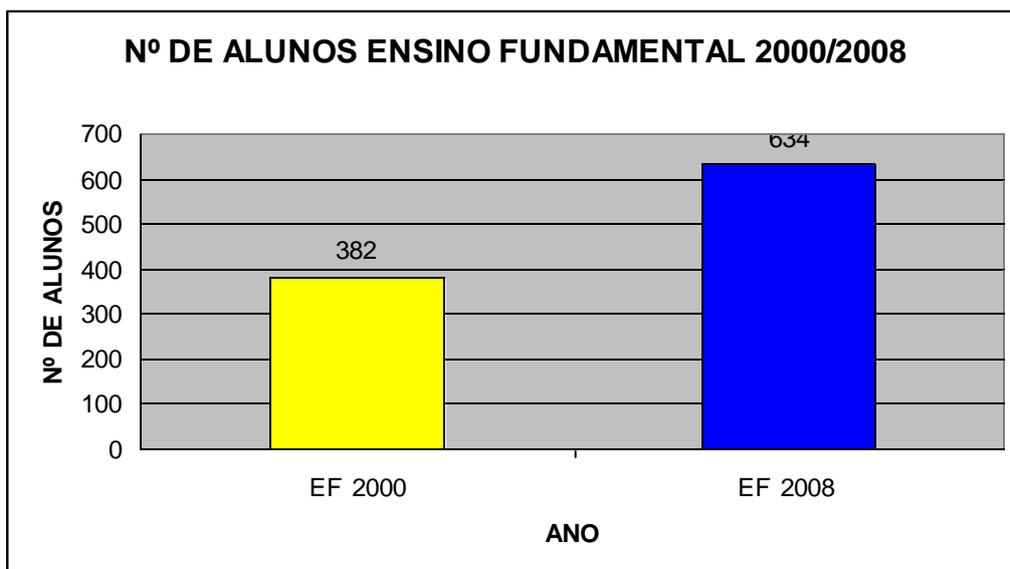


Fonte- inep , censo escolar <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricul/>

Num primeiro momento 16,4% a mais de atendimento, parece pouco. As vagas ampliadas de apenas 47 crianças. Porém 93 vagas da Educação Infantil, agora em 2008 são em período integral, onde a criança permanecem de 6 a 12 horas na instituição. Em 2000 o atendimento era de 4 horas diárias, exceção a uma creche com aproximadamente 25 crianças ,que atendia integralmente. Hoje temos 04 unidades de Educação Infantil atendendo integralmente .

### Ensino Fundamental





Fonte- inep , censo escolar <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricula/>

No ensino Fundamental a ampliação do atendimento foi de 252 alunos, em percentual 65,9 % de atendimento ampliado, atingindo a universalização de 100% de vagas oferecidas aos alunos.

**O indivíduo se desenvolve naquilo que ele é (que vai sendo) através daquilo que se produz em suas relações com os outros”. (Smolka)**

## Dimensões Baseadas no Referencial de Gestão do MEC

<b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>
<b>Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas ou Redes de Ensino</b>
<b>Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem à universalização e à melhoria das condições de qualidade da educação</b>
<b>Comunicação com a sociedade</b>
<b>Suficiência, estabilidade e avaliação da equipe e da instituição escolar</b>
<b>Gestão de Finanças</b>

<b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas ou Redes de Ensino</b>	
<p>➤ Organização, estruturação e funcionamento da SDECE</p>	<p>A SDECE está localizada na Rua dos Pioneiros nº 109, centro de Agrolândia. Atendimento ao público e trabalhos burocráticos em horário comercial. Das 8h as 12h e das 14h as 17h. Trabalham na Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 Assessor Administrativo – Adeunir Duarte</li> <li>• 02 coordenadoras pedagógicas Sônia Juçara Kriek, Iliane Neuber da Silva subdividem o tempo entre coordenação nas unidades e trabalhos internos.</li> <li>• 01 auxiliar administrativo- Miriam Wiessener</li> <li>• 01 nutricionista 8h– semanais Luciana D’ Gaspari</li> <li>• 01 Secretária de Educação – Cátia Regina Marangoni Geremias</li> </ul>
<p>➤ Existência e funcionamento de Conselhos Escolares - CE, Conselho Municipal de Educação - CME e Conselho de Alimentação Escolar - CAE</p>	<p>Cada unidade tem sua Associação de Pais e Professores que decidem as questões administrativas e pedagógicas em cada Centro, embasados nas normas do Conselho de Educação e nas Diretrizes da Secretaria.</p> <p>Temos representatividade do setor de Educação nos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conselho de Educação</li> <li>✓ Conselho de Alimentação Escolar</li> <li>✓ Conselho do FUNDEB</li> <li>✓ Conselho da Criança e Adolescente</li> <li>✓ Conselho do Meio Ambiente</li> <li>✓ Conselho da Saúde</li> </ul> <p>Os conselhos estão devidamente Instituídos, com representantes governamentais e da sociedade civil, e tem autonomia e efetiva participação no processo educativo. As reuniões são agendadas com cronograma mensal e pauta definida pelos presidentes e conselheiros. São muito importantes no processo de gestão da Educação.</p>

<p>➤ Articulação com outras Secretarias municipais, Secretaria Estadual de Educação e Ministério Público</p>	<p><u>Secretaria da Saúde</u>- Programa de Saúde Bucal. Vigilância Sanitária.  <u>Secretaria de Desenvolvimento Agrário</u>, Programa Educação para Vida , instituído sob a lei nº <b>LEI Nº 1.051, de 15.05.98 em anexo</b>  <u>Secretaria de Administração e Finanças</u>: programa compre para ver Agrolândia Crescer, campanha do lixo nas Escolas. Departamento pessoal, contratações, demissões, progressão e promoção na carreira.          Existe sempre que necessário articulação com as demais Secretarias.          No Centro de Educação Serra dos Alves- Microbacias II, Epagri          Projeto Piava.          Secretaria Estadual de Educação: Programas de Transporte Escolar e merenda escolar          MEC- PNATE- programa Nacional de Transporte Escolar, projetos contemplados.</p>
<p>➤ Existência de Proposta Educacional para o município e de Projeto Político Pedagógico nas escolas</p> <p>➤ Grau de participação dos trabalhadores da educação e do CE na elaboração, execução e acompanhamento dos mesmos</p>	<p>A proposta inicial foi elaborada pela equipe de gestores, apresentada para estudo dos professores no dia 10.09.2007, para alterações e sugestões. Após a realização as alterações e a construção coletiva, nossa proposta pedagógica que foi devidamente elaborada e entregue a todas as unidades escolares no Seminário de Educadores em 03.12.2007 Foto em anexo.          Devendo ser reestruturada sempre que necessário.          Todas as Unidades de Educação tem Proposta Política Pedagógica , baseadas na resolução nº 002/2004 do Conselho de Educação, estas propostas são revistas , estudadas e adequadas a realidade local a cada início de ano letivo, com a participação da comunidade escolar.</p>
<p>➤ Critérios para escolha da Direção Escolar</p>	<p>Temos uma diretora de Escola que foi indicada pela sua capacidade administrativa e pedagógica, funcionária que conhece a realidade escolar e tem 26 anos de função na rede pública municipal. Pedagoga pós graduada.</p>
<p>➤ Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME)</p>	<p>O plano Municipal de Educação foi aprovado pela LEI Nº 1.482 de 22.09.04 é fruto de uma construção coletiva que envolveu , todas as unidades de educação Municipal e Estadual, alunos, pais de alunos, profissionais de Educação e comunidade em Geral. Está implantado a quatro anos e neste ano de 2008, passa por avaliação, de todas as comunidades escolares, após quatro anos de sua implementação, a partir da avaliação queremos observar as metas já alcançadas e traçar metas a curto, médio e longo prazo para ver todas as suas ações realizadas.          O evento de avaliação do Plano Municipal está marcado para o dia 16.10.2008 em forma de seminário e resultará um plano de metas para os próximos quatro anos.</p>

<p>➤ Existência de Plano de Carreira para o magistério e para os profissionais de serviço e apoio escolar</p>	<p>O Plano de carreira foi fruto de uma construção coletiva, realizado através de várias reuniões, todas devidamente documentadas, entre professores, gestores, conselho de Educação e foi aprovado em 22.11.2001 através da lei complementar 022 , construído com a participação dos professores, gestores e conselho municipal de Educação. Abrimos novamente o processo de discussão e através de reuniões e debates , foram proporcionadas as alterações da lei em 19.12.2006 através da lei 063. Prova concreta de uma gestão democrática. Os profissionais de serviço gerais e motoristas , fazem parte do plano de cargos e salários da Prefeitura Municipal nº056 de 23.03.2006 A hora atividade e regulamentada pela <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2006/SDECE em anexo</u></b></p>
<p>➤ Gestão por metas e resultados</p>	<p>Este foi um grande alicerce desta gestão 2001/2008, sempre houve o trabalho embasado em metas construídas com todos os profissionais. Avaliações constantes das ações e recondução quando necessário e detectado pelo grupo. Os resultados quantitativos sempre foram analisados pela coletividade da comunidade escolar, tanto em relação a legislação, quanto aos indicadores nacionais de qualidade, que foi o caso em 2006 do IDEB. As metas são traçadas a partir da avaliação funcional que acontece em novembro de cada ano e implementadas novas ações, resultando em um planejamento para o ano seguinte.</p>

## **Como planejamos nossas ações**

Conjuntamente, sempre!

O planejamento no âmbito escolar, é uma prática político-social que tem os indivíduos como catalisadores das intenções da sociedade e como executores de ações e mudanças. O planejamento depende de ações dos indivíduos, concretiza-se numa ação coletiva e compartilhada de comunidades interna e externa. Planejar então, é organizar as ações para atingir o objetivo proposto.

Planejamento então não é apenas uma técnica, apesar de também ser, ele é constituído primeiro e fundamentalmente a instancia de decisões políticas (pensar) capazes de consolidar e dinamizar ações que venham ao encontro de interesses de uma coletividade. Em segundo lugar, deve ser resultado de decisões políticas de indivíduos, as quais serão implementadas por meio de ações pedagógicas (fazer) no âmbito institucional.

Em se tratando da realidades em que a qualidade é levada em consideração, temos o esmero dos profissionais com o elemento que é alicerce, ou melhor, a pedra angular de

toda a prática pedagógica bem sucedida: o planejamento. As boas práticas em sala de aula mostram-se eficientes e eficazes no cenário educacional justamente porque foram planejadas, a partir de uma postura reflexiva sobre a prática a ser empreendida.

O planejamento de ensino é a base de todo o currículo escolar. Planos de ensino, diretrizes, parâmetros, planos anuais, planos de aula, planos de atividade, todos, cada um em sua instância, são tarefas do planejamento de ensino.

É a partir do planejamento que o professor, o dirigente, o coordenador, o educador, podem perscrutar sua atuação e possibilitar ao aluno um resultado eficaz e eficiente; tendo, como resultado a reconstrução de uma prática com qualidade profissional.

Também na educação infantil o planejamento deve ser entendido como o primeiro passo do processo ensino aprendizagem.

Planejar é uma questão de autoria: é a possibilidade do professor escrever e ser autor de seu conhecimento, do seu pensamento, de sua história, da história de seus alunos e de seu “destino” de aprendiz e ensinante.

O professor e o gestor precisam apoiar-se nos instrumentos metodológicos de que dispõem para alicerçar sua prática, quais sejam: o planejamento, a observação, o registro e avaliação. O registro é uma das formas de fazermos história, pois pode-se avaliar o que foi planejado, redimensionar o foco e refletir sobre as práticas e a teoria aplicada, num constante pensar, fazer e refazer.

Foram inúmeros os encontros, as reuniões, os debates e os seminários realizados, todos os momentos de participação coletiva, objetivando a gestão democrática e participação efetiva de cada pessoa da comunidade escolar, para atingir metas e resultados.

[Fotos em anexo](#)

<b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem à universalização e à melhoria das condições de qualidade da educação</b>	
➤ Implantação e Organização do ensino fundamental de 09 anos	Está em fase de organização e já possui a Implantação através da Resolução do Conselho de Educação nº, 001/2007 Em 2008, temos já implantado o 1º e segundo ano e com grade curricular específica. Os profissionais tem feito formação nesta área.

<p>➤ Existência de atividades no contra-turno ou de Política de Tempo Integral para as escolas da rede</p>	<p>Dois Centros de Educação atendem em período Integral Ewald Brunos Julius Kress, fundada em 23.04.2002 , sob lei nº 1305.</p> <p>Atualmente oferece oficinas de :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dança</li> <li>• Patinação</li> <li>• Música</li> <li>• Artesanato</li> <li>• Literatura</li> <li>• Capoeira</li> <li>• Jogos e brincadeiras</li> <li>• coral</li> <li>• Educação para a Vida</li> <li>• Tarefas e reforço escolar</li> <li>• teatro</li> </ul> <p>03 profissionais duas efetivas e uma contratada . Duas agentes de serviços gerais</p> <p>Em 2008 82 alunos de pré a 4ª série, crianças provenientes de três escolas: Escola de Educação Básica Pedro Américo, São João, Centro de Educação Rudolfo Theilacker , Centro de Educação Adolfo Hedel.</p> <p>Atendimento quatro horas por dia.</p> <p>Centro de Educação Serra dos Alves, iniciou suas atividades em 19 de abril de 2004</p> <p>29 alunos matriculados em 2008</p> <p>Oferece oficinas de :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artesanato</li> <li>• Literatura</li> <li>• Teatro</li> <li>• Capoeira</li> <li>• Educação para vida</li> <li>• Computação</li> <li>• Tarefas e reforço escolar</li> </ul> <p>Duas profissionais uma efetiva e uma contratada , atende alunos de pré e 1ª a 4ª série</p> <p>Atendimento quatro horas por dia. Servimos almoço e lanche.</p> <p><b>118 alunos atendidos em período integral na rede Municipal</b></p>
<p>➤ Divulgação e análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC</p>	<p>Todas as avaliações do MEC foram amplamente divulgadas e inclusive trabalhadas com os professores , objetivando traçar metas e entender os resultados. A partir das reuniões fizemos reconduções de metas</p>

<p>➤ Transporte escolar – acesso e qualidade</p>	<p>A lei que embasa o transporte Escolar em Agrolândia é nº 1586 de 05.01.2006 , alterada pela lei 1616 de 05.05.2006 , que é seguida fielmente.</p> <p>Inclusive o auxílio financeiro para as famílias que moram a mais de três quilômetros do último ponto de ônibus e que é impossível realizar o transporte até suas casas.</p> <p>Em 2008 o transporte Escolar é realizado por 06 motoristas e respectivos ônibus da Prefeitura Municipal e quatro rotas são realizadas por empresa terceirizada conforme tomada de preço nº 01/2007</p> <p>Esta ação de terceirização foi realizada por questões de economia, devidamente comprovada e para garantir aos funcionários as condições legais de trabalho.</p> <p>Parceria financeira com Secretaria de Estado e com o Governo Federal, porém o custo maior fica sempre a cargo da Prefeitura Municipal.</p> <p>Avaliação dos Veículos é feita por uma comissão composta por um policial, um mecânico, membro da Secretaria de Educação, membro da Câmara de vereadores, da Secretaria de Administração , acontece semestralmente conforme preconiza em 2008 o decreto que formou a comissão foi 026/2008 de 08.04.2008</p> <p>Todos os veículos estão em bom estado, oferecendo segurança aos alunos. O relatório é apresentado na Câmara de Vereadores com cópia a empresa terceirizada e a Prefeitura Municipal.</p> <p>Acreditamos com esta ação garantir a qualidade do serviço prestado.</p> <p>Transportamos em 2008 1045 alunos das redes municipal e Estadual</p> <p><b>Anexo lei e fotos</b></p>
--	--

<p>➤ Alimentação escolar – e adequação às necessidades e hábitos locais</p>	<p>Contratação de uma nutricionista 12 horas semanais , que visita as unidades, elabora um cardápio balanceado e faz capacitação para as merendeiras.</p> <p>Convênios de PNAE, PNAP, ( pré escola) PNAC (creche)</p> <p>O restante é custeado por recursos próprios.</p> <p>A merenda é adquirida através de licitação e entregue pelos fornecedores. As merendeiras recebem e conferem a qualidade e a data de validade dos produtos.</p> <p>A quatro anos , desde 2005 Agrolândia participa do Prêmio Nacional de Gestor eficiente da merenda escolar.</p> <p>Acompanhamento do CAE Conselho de Alimentação Escolar, com visitas e pareceres sobre as condições de armazenamento, manuseio , higiene . Bem como o acompanhamento financeiro dos recursos.</p> <p>Lista mês, elaborada pelas merendeiras , atendendo ao cardápio.</p> <p>O cardápio respeita as necessidade nutricionais para o desenvolvimento da criança , respeitando os hábitos regionais de alimentação.</p> <p>Onze unidades , das 12 possuem hortas que auxiliam na alimentação e nos projetos de educação ambiental.</p> <p>967 alunos recebem diariamente refeições da merenda municipal.</p> <p><a href="#">Foto em anexo</a></p>
<p>➤ Existência e funcionamento de políticas de Inclusão</p>	<p>Além da formação continuada que teve como tema a Inclusão, tratamos do assunto com o direito que lhe é devido. Nas unidades onde temos portadores de deficiências, existem as adequações necessárias.</p> <p>C.E. Otto Grimm- 01</p> <p>C.E. Adolfo Hedel- 01</p> <p>Deficiências visuais</p> <p>Deficiências cognitivas leves ( comprovada com laudo) -SAED</p> <p>Apoio Pedagógico-</p> <p>Resolução de Educação especial CE nº 002/2007</p> <p>O Segundo professor em sala no C..E. Adolfo Hedel foi possível amparado por esta resolução. Está sendo avaliado constantemente pela equipe de gestão</p>

<p>➤ Condições de trabalho oferecidas: número de professores suficientes, coordenação pedagógica nas escolas, diálogo, acompanhamento e capacitação da gestão escolar</p>	<p>O número de crianças e adolescentes por turma é estabelecido pelas resoluções nº 001/2008 é respeitado criteriosamente. O número de professores é suficiente em cada turma. Não temos bolsistas atuando na Educação. Todos são profissionais habilitados ou em processo de habilitação e devidamente inscritos em edital público.</p> <p>Existe coordenação pedagógica em todas as Unidades. As suas funções estão descritas no plano de carreira do magistério. Dentre elas destaca-se: * assessoria e material para o professor elaborar seus projetos * Avaliação do desempenho do alunos e professores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• C.E. Adolfo Hedel- 02 coordenadoras</li> <li>❖ C.E Serra dos Alves- 01 coordenadora</li> <li>❖ C.E.I. Criança Feliz (visita no CEI)</li> <li>• C.E.I. Hanna Misfeld</li> <li>• C.E.I. Pequeno Príncipe</li> <li>• C.E.I. Pica Pau Amarelo-</li> <li>• C.E.C. Ewald Kress-01 coordenadora</li> <li>✓ C.E.I. Cantinho Feliz – 01 coordenadora</li> <li>• C.E.I. Chapeuzinho Vermelho</li> <li>• C.E.I. Hildegard Grimm</li> <li>• C.E.I. Otto Grimm – 01 coordenadora</li> <li>• C.E. Rudolfo Theilacker- 01 coordenadora</li> </ul> <p>Existe acompanhamento direto da coordenação pedagógica, aos profissionais em horário atividade ou nos dias de formação na unidade e sempre que for solicitado.</p> <p>Formação de gestores: reuniões mensais. Nestas reuniões as pautas compreendem a formação e as questões administrativas e pedagógicas, formando um conselho gestor.</p>
<p>➤ Melhoria do padrão de qualidade e das creches conveniadas</p>	<p>Não possuímos creches conveniadas. Apenas apoiamos o Centro de Educação Infantil Esquilo, (particular) que recebe uma parte do material didático e convite para participar dos cursos.</p>

<b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>Comunicação com a sociedade</b>	
➤ Articulação com a sociedade civil organizada	<p>Sempre que solicitada a sociedade civil participa e colabora no processo educativo, dentro de suas possibilidades.</p> <p>Prova disto o envolvimento de toda a comunidade, através de comércio e empresas, na III ação social que aconteceu no último dia 23.08.2008 em prol dos alunos da rede municipal.</p> <p><a href="#">Anexo fotos</a></p>
➤ Articulação e parceria com o CME e CEE	<p>A parceria Com o CME é efetiva, inclusive com visitas as unidades de Educação e demais políticas necessária ao bom andamento da educação. Temos encontrado neste conselho, parceiros significativos para o traçar das políticas educacionais de Agrolândia. Com o Conselho Estadual de Educação - não há articulação.</p>
➤ Existência de parcerias externas para realização de atividades complementares e/ou adoção metodologias específicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituto Souza Cruz</li> <li>• Multicolor Têxtil</li> <li>• Empresas locais (ação social)</li> <li>• EPAGRI</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• FURB/Petrobrás</li> </ul>
➤ Promoção de atividades e utilização da escola como espaço comunitário	<p>Em algumas unidades o espaço é bastante utilizado, principalmente nas comunidades do interior .</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Torneio de futebol</li> <li>• Catequese</li> <li>• Curso de graduação e pós graduação</li> <li>• Pesquisas na internet</li> <li>• Pesquisa na Biblioteca</li> <li>• EJA</li> <li>• Brasil Alfabetizado</li> </ul>

<b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>Suficiência, estabilidade e avaliação da equipe e da instituição escolar</b>	
<p>➤ Quantidade suficiente de professores</p>	<p>Respeitando a resolução de número de alunos já citada e as classes de Ensino Fundamental, na sua grande maioria não atingem o número máximo de alunos. Na Educação Infantil as turmas tem o limite máximo estabelecido em resolução em cada turma e algumas crianças estão na lista de espera. Problema que será resolvido após a construção de duas creches. Uma delas está com a obra iniciada ( <a href="#">foto em anexo</a>) e a outra em parceria com o governo federal já está em fase de licitação com o recurso na conta.</p>
<p>➤ Quantidade de profissionais de serviço e apoio escolar</p>	<p>Em número suficiente.</p>
<p>➤ Cálculo anual/semestral do número de remoções e substituições, especialmente de professores</p>	<p>Fizemos a análise com o grupo e com o departamento Pessoal da prefeitura as substituições são decorrentes , de muitos profissionais com atestados médicos. O professor que substitui , recebe as horas trabalhadas e é habilitado.</p>

<p>➤ Avaliação de desempenho dos professores e dos trabalhadores da educação</p>	<p>Existe a avaliação de desempenho desde 2002  <b>Conforme o</b> DECRETO N.º 085/02  No decorrer deste processo algumas alterações no instrumental , necessárias já foram realizadas.  Atual decreto nº 025/2007  Tem melhorado significativamente o desempenho dos profissionais , pela forma participativa que é realizada e socializada no início de cada ano letivo.  Fazem parte do processo de avaliação profissionais efetivos e contratados.</p>
<p>Avaliação institucional</p>	<p>Iniciamos em 2007 e em 2008 a segunda edição. Onde a comunidade escolar participa ativamente do processo e detecta pontos a serem melhorados na estrutura física e pedagógica dos Centros de Educação.  Utilizamos o referencial do MEC para realizar a avaliação.  O instrumental utilizado é do Ministério da Educação</p>

### **Avaliação Funcional :**

O principal **objetivo**: auxiliar o professor na reflexão sobre sua função social de modo a proporcionar a autocrítica e o conhecimento da realidade institucional, em sua dimensão global, tendo em vista o fortalecimento de sua identidade como profissional. Desta forma é possível melhorar a qualidade da Educação, como segunda meta temos a Progressão e a Promoção Funcional dos Funcionários efetivos no quadro.

Os trabalhos foram iniciados no Mês de agosto de 2002, com reuniões entre a Secretaria de Educação Sra. Cátia Regina Marangoni Geremias , Coordenadora Pedagógica , Sra. Sônia Juçara Kriek.e assessora Educacional da AMAVI, Sra. Ivonete Roncálio Weiss.

No momento seguinte as propostas das dimensões a serem avaliadas foram apresentadas ao Conselho Municipal de Educação , na reunião ordinária

do dia 03 de setembro/2002. O conselho discutiu amplamente e fez suas colocações e sugestões.

Em reunião no dia 19/08/02 na Comunidade de Serra dos Alves , as dimensões e os fatores a serem avaliados , tornaram -se de conhecimento dos professores , que puderam esclarecer algumas dúvidas e dar sugestões. A princípio a proposta não foi bem aceita, existe um receio muito grande quanto ao fato de serem avaliados, principalmente por temerem que esta avaliação irá prejudica-los ou até mesmo interferir na sua liberdade de trabalho. Alguns profissionais já são favoráveis a idéia e percebem a importância de avaliar , permanecer com algumas práticas e alterar outras para tornar o processo educacional ainda melhor.

Partindo da crença de que é impossível avaliar sem realmente ter registros e subsídios sobre o objeto avaliado ,esta avaliação é baseada na análise dos registros feitos, pela equipe pedagógica, atas de reuniões, auto-avaliação, livro de presença, folha ponto e relatórios, sendo assim ficou bastante consistente, significativa e acima de tudo justa.

***No entender de Luckesi (1999, p.43) “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.***

Muitos documentos são necessários para que a avaliação se efetive e seja realmente séria e bem fundamentada e democrática :

\* Dimensões de Avaliação. (elaborado pelo Conselho de Educação , juntamente com a Equipe da Secretaria de Educação e assessoria da AMAVI. Entregue a todos os professores no início do ano letivo.

\* Decreto nº 025/2007 que regulamenta e disciplina os procedimentos relativos a progressão e promoção funcional dos membros do Magistério Público Municipal , previsto na lei complementar nº 063/06 de 19/12/2006 .[Em anexo](#)

\* Justificativa de ausência ao trabalho ( os funcionários preenchem esta ficha sempre que se ausentam da Unidade escolar.)

\* Ficha do Cômputo dos Cursos.

\* Ficha de promoção por mudança de nível.

\* Registro avaliativo feito pela equipe pedagógica.

\* Registro auto-avaliativo. Elaborado por cada profissional , onde ele possui condições de estar presente na comissão através do registro. [Em anexo](#)

Neste ano, conforme calendário a avaliação está prevista para 26/27/28/ de novembro, onde a comissão eleita pelos pares, analisa toda a documentação acima descrita.

Esta etapa da Avaliação de Professores contribuir para a tomada de consciência pelos avaliados, em sua maioria, acerca do papel social que têm a desempenhar no ensino e também para a aceitação da avaliação e credibilidade nos seus resultados como componentes importantes para o crescimento pessoal e profissional.

Os resultados sempre são socializados e discutidos individualmente a cada início de ano, possibilitando ao Profissional professor reavaliar sua prática . Sabemos de que o processo de mudança é interno e a reflexão é uma das formas eficazes de proporcionar as transformações tão almejadas para a o bom andamento do processo Educacional.

Como meta maior , que este processo de avaliação seja formativo, concebido como um meio pedagógico para auxiliar o professor em seu processo contínuo de formação como “Educador”.

São visíveis os avanços no processo educativo e funcional que pode ser observado desde 2002 , até o ano de 2007. Além da melhoria do trabalho a promoção funcional também depende desta avaliação.

### **Avaliação institucional:**

Baseada no instrumental do MEC, no ano de 2007, aconteceu a primeira avaliação Institucional, que contou com a participação de toda a comunidade escolar. Cada unidade de educação organizou-se e discutiu de maneira ampla e comprometida as questões pedagógicas, físicas , teórica se sociais do seu Centro de Educação. Após a discussão e registro , foi elaborado um documento com metas , a curto, médio e longo prazo. [\(fotos em anexo\)](#)

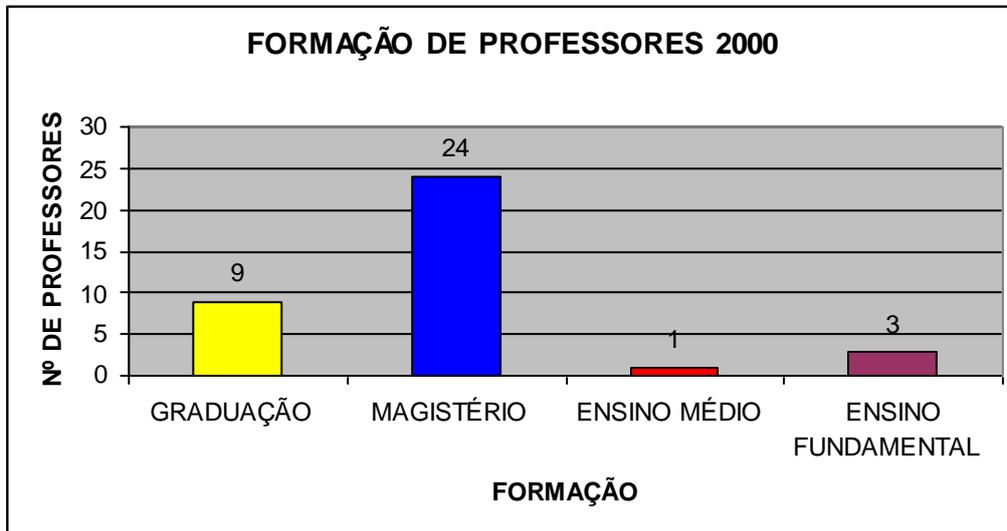
Em 2008 ela acontece em sua segunda edição e já nos faz acreditar que é realmente indispensável .

<b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>Gestão de Finanças</b>	
<p>➤ Participação na etapa de planejamento do orçamento municipal – PPA/LDO/LOA</p>	<p>Existe anualmente a participação do Secretário de Educação na elaboração da legislação citada. Todas as ações que acontecem emergencialmente ou extraordinariamente recebem a devida estruturação legal.</p>
<p>➤ Aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do FUNDEB</p>	<p>Existe a rigorosa fiscalização do Conselho do FUNDEB e a Seriedade na aplicação dos recursos conforme preconiza a lei.</p> <p>Nas reuniões os conselheiros analisam as tabelas apresentadas, bem como todos os empenhos e podem ficar cientes de onde foram aplicados os recursos, também é sua função , e aqui cumprida com muito rigor, verificar o quadro de funcionários que recebem pelo FUNDEB. Neste ano de 2008 estamos com uma perca financeira bastante alta, maior do que nos últimos anos.</p>
<p>➤ Existência de controle interno da aplicação de recursos públicos no âmbito da SDECE?</p>	<p>O setor de controle interno é atuante e faz o seu trabalho com muita seriedade. Profissional da Secretaria de Administração designada para a função.</p> <p>Acompanha todos os investimentos , sejam eles de transporte, alimentação, material didático, de limpeza, obras, reformas, e os demais. Informa através de relatórios as condições do material e dos serviços prestados. Bem como apresenta índices e valores a serem respeitados.</p>
<p>➤ Atuação do Conselho de Controle Social do FUNDEB</p>	<p>Efetiva , reuniões mensais, acesso aos empenhos, extratos bancários e composição dos impostos que formam o FUNDEB. Bem como a folha de pessoal. Com as devidas atas de reuniões comprobatórias.</p>

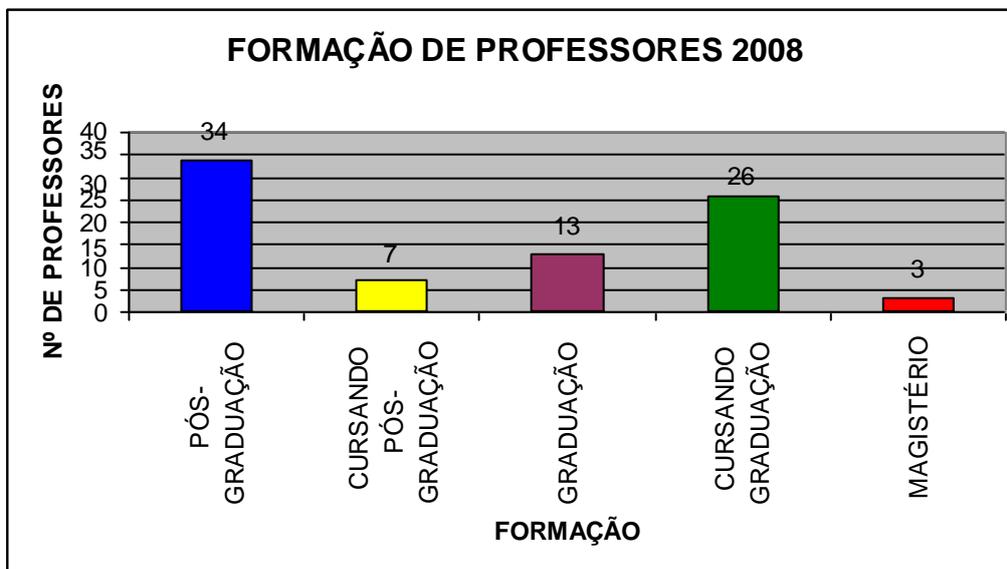
<b>Dimensão 2 – Formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar</b>	
<b>Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica</b>	
<p>➤ Qualificação de professores que atuam nos segmentos atendidos pela Rede: Educação Infantil – Creche e Pré-escola</p> <p>➤ Qualificação de professores que atuam nos segmentos atendidos pela Rede: Ensino Fundamental I e II</p>	<p>Formação continuada que acontece todos os anos, e tem sido melhorada a partir da avaliação dos profissionais. Os temas são escolhidos pelo grupo e ministrados conforme o segmento de interesse.</p> <p>Alguns deles de interesse comum, fazem a integração do grande grupo.</p> <p>A SDECE emite certificação . Em 2008 , empresa contratada CENSUPEG, de Joinville.</p>
<p>➤ Existência e implementação de políticas de formação</p>	<p>Existe uma política pertinente de formação, inclusive com dois momentos distintos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• cursos teóricos com palestrantes</li> <li>• transposição de teoria e prática, onde os profissionais estudam no âmbito de seu Centro de Educação e de Educação Infantil em horário de trabalho.</li> </ul> <p>Todos previamente garantidos no calendário escolar e amparados pelo plano de carreira, garantindo os direitos legais de docentes e discentes.</p>
<p>➤ Cobertura dos programas em relação à quantidade existente de profissionais</p>	<p>Todos os profissionais participam da política de formação.</p>
<p>➤ Receptividade e grau de participação dos profissionais</p>	<p>A receptividade é muito boa, tratando-se de formação em serviço a participação também é. As raras exceções que faltam sem motivo, tem seu dia de trabalho descontado.</p>

## **FORMAÇÃO CONTINUADA**

A formação mínima exigida para o ingresso na Rede Pública Municipal de Ensino conforme preconiza o plano de carreira do magistério é a graduação seja ela a pedagogia na educação infantil e nas series iniciais do ensino fundamental e habilitações específicas nas áreas das séries finais do ensino fundamental.



Fonte- Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo

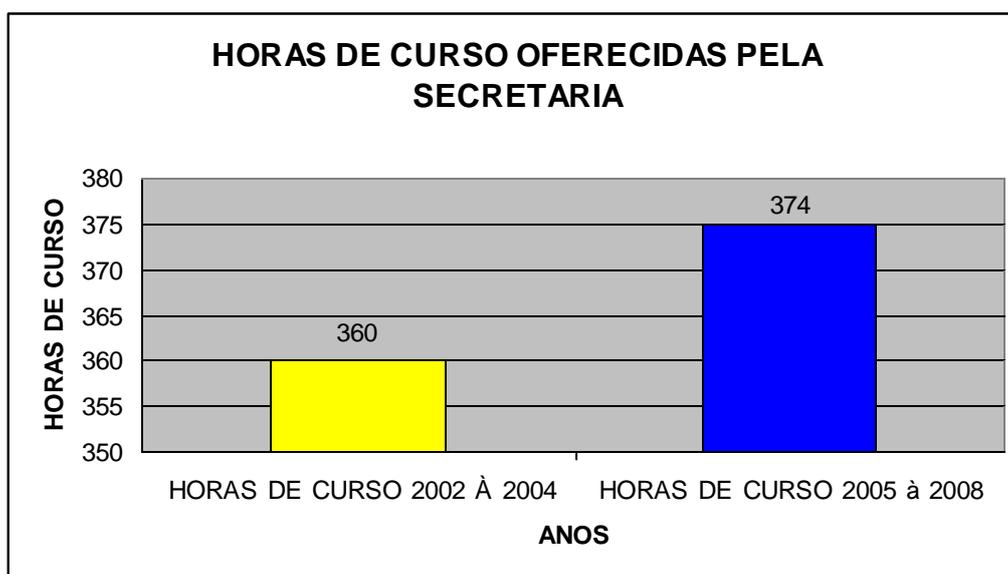


Fonte- Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo

A formação continuada é uma metodologia em que buscamos aperfeiçoamento para construir com maior segurança o processo de ensino aprendizagem de maneiras diversificadas e prazerosas, visando o bem estar de nossas crianças / alunos. Objetivando desenvolver nos educadores habilidades para pesquisas e reflexões,

buscando compreender o processo de aprendizagem, não se tratando de uma simples aquisição de conhecimentos e sim a transformação da própria pessoa.

Um marco significativo na história da formação dos profissionais da educação no município, aconteceu no ano de 2002, com a aprovação pelo Conselho Municipal de Educação, através do parecer no.002, autorizando os procedimento para a capacitação de recursos humanos e registros de certificados. A partir desta data varias formações foram oferecidas e certificadas, utilizando da autonomia que a lei do sistema preconiza ao município.



Fonte- Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo

O plano de carreira garante para os profissionais efetivos ou contratados em caráter temporário, a formação continuada de 40 horas anuais oferecidas pela prefeitura municipal. Para atender este preceito legal deveríamos ter oferecido **320h de curso** , como demonstra o gráfico entre 2002 e 2008 oferecemos 734h, portanto 414 h a mais do que o estabelecido.

A grande maioria dos cursos foram certificados pela Secretaria e os demais pelas empresas contratadas.

Uma educação que se pretende de qualidade, precisa contribuir progressivamente para a formação de cidadãos capazes de responder aos desafios colocados pela realidade e nela intervir. Assim a formação continuada oportuniza aos educadores não só o saber em sala de aula, mas amplia o conhecimento de diversos segmentos da educação, como o conhecimento e a prática histórico, sócio cultural,

entendendo o desenvolvimento das crianças/ alunos em seus aspectos afetivos, cognitivo e social, bem como aprende a refletir criticamente sobre o seu papel diante de seus educandos e da sociedade, assim sendo com maior segurança e confiança em seu trabalho.

A formação de professores é um requisito fundamental para a transformação que se faz necessária na educação. A formação não se constrói por acúmulos de cursos de conhecimentos ou técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexão crítica sobre a prática de (re) construção permanente da identidade com um investimento pessoal.

***“ vivemos na sociedade denominada “do futuro” , que em algumas situações é descrita como a “sociedade do aprendizado”, onde há a necessidade do aprendizado contínuo como garantia de sobrevivência.” ( Maristela Rosso Walquer)***

Almeja-se o exercício da autonomia profissional que é condição para uma instituição educativa funcionar como um lugar de reflexão, de circulação e apropriação de conhecimentos, de inserção singular em uma realidade complexa. Busca-se a formação de um profissional reflexivo elegendo a concepção que preconiza como elementos importantes do processo a reflexão sobre a prática, o conhecimento da teoria e a reformulação consciente da atuação em serviço.

<b>Dimensão 2 – Formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar</b>	
<b>Formação de professores e técnicos para atuação em Educação Especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas e cumprimento da Lei 10.639/03<sup>2</sup></b>	
<p>➤ Qualificação de professores que atuam com estas realidades específicas</p>	<p>Não possuímos Escola do Campo, Comunidades quilombolas nem indígenas. Educação Especial temos o apoio da CAESPE e o trabalho com pedagogos a partir da resolução de Educação especial nº 002/2007</p>
<p>➤ Existência e implementação de políticas de formação relacionadas e estes aspectos</p>	<p>Segundo professor Apoio Pedagógico</p>

<b>Dimensão 2 – Formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar</b>	
<b>Formação de profissionais de serviço e apoio escolar</b>	
<p>➤ Existência e implementação de programas de formação /qualificação desses profissionais</p>	<p>Formação continuada de gestores, que acontece mensalmente desde 2001 . Em 2008 conforme calendário em <a href="#">anexo</a></p> <p>Os temas são da área de gestão pedagógica e administrativa e as decisões todas tomadas em conjunto e definidas em conselho. Merendeiras, formação anual e reuniões coma nutricionista e o assessor administrativo. Os temas são de manipulação de alimentos, higiene , cuidados no manuseio. Em 2007 , participaram todas as merendeiras e agentes de serviços gerais da formação promovida pela AMAVI, no auditório da UNIDAVI.</p> <p>Parceria com Instituições de Ensino Superior Particulares para a realização de curso de formação e especialização na cidade. Pedagogos,graduados, pós graduados, formação continuada com o grupo.</p>
<p>➤ Cobertura dos programas em relação à quantidade de profissionais existentes</p>	<p>Total, todos os profissionais participam da formação, que acontece em horário de trabalho . Em 2008</p> <p>25 merendeiras 83 Professores e gestores 06 Motoristas Total de funcionários em 2008 -114</p>
<p>➤ Receptividade e grau de participação dos profissionais de serviços e apoio escolar nesses programas de qualificação específicos</p>	<p>É muito boa a receptividade, a formação acontece em horário de trabalho. Exceção a dos motoristas que precisou ser no período noturno, mas foi bem aceita, parceria com SENAT.</p>

<b>Dimensão 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação</b>	
<b>Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem</b>	
<p>➤ Formas e periodicidade de avaliação da aprendizagem dos alunos.(crianças e adolescentes)</p>	<p>Resolução de avaliação nº 004/2003. Esta resolução foi construída em conjunto com os profissionais . Cada unidade se organiza conforme seu PPP. Porém as notas são bimestrais e existe uma avaliação da equipe de gestão que é quadrimestral, uma como diagnóstico ao final do segundo bimestre e outra ao final do terceiro para observar o desenvolvimento dos alunos . Na Educação Infantil os registros avaliativos encaminhados as famílias são semestrais e os demais conforme a necessidade.</p> <p>Em 2008 o processo avaliativo foi questionado e em votação pelo grupo de professores entendeu-se pela grande maioria que deve permanecer como está descrita, precisando algumas alterações na prática.</p>
<p>➤ Destinação de tempo e condições de assistência aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.</p>	<p>* Apoio Pedagógico contra turno ou no turno, realizado por coordenadores pedagógicos e professores. * SAED- SAEB em parceria com a * Escola de Educação Especial Sala de Recursos DA DV</p>
<p>➤ Formas e controle de registro da freqüência dos alunos</p>	<p>Chamada diária feita pelo professor Freqüência escolar informado na secretaria após visitar as Unidades Programa APOIA em parceria com o Ministério público.</p>
<p>➤ Política específica de correção de fluxo.</p>	<p>Turma de aceleração em projeto piloto no Centro de Educação Adolfo Hedel</p>
<p>➤ Utilização dos resultados das avaliações para nortear as decisões e ações de enfrentamento.</p>	<p>Os resultados são sempre avaliados criteriosamente e revertem em novas ações para melhorar o processo ensino aprendizagem.</p>

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:**

A realidade que encontramos na rede de ensino municipal é a seguinte: além de portadores de deficiências auditivas e visuais leves, portadores de deficiência mental leve e deficiência física, os Centros de Educação e os Centros de educação Infantil

estão sendo adaptados conforme a necessidade. Em relação as adaptações pedagógicas o trabalho esta sendo realizado em parceria com profissionais do Programa SAEDE com a Escola Especial Cecília Maria Devigille, com os profissionais da sala de recursos da Escola de educação Básica Frederico Rolla e com as Coordenadoras pedagógicas e efetivamente com os profissionais que atuam na sala de aula.

## **PROCESSO DE AVALIAÇÃO:**

A normatização da avaliação está formalizada na Resolução Nº 004/2003, de 08/12/2003, através do parecer 006, estabelece diretrizes para a avaliação do processo ensino aprendizagem, nos estabelecimentos de ensino de educação infantil E Ensino Fundamental, integrantes no Sistema Municipal de Ensino. E no seu capítulo III, enfatiza a recuperação paralela, onde a partir desta Resolução o Município não realiza mais recuperação e exames no final de ano, bem como a nota média passou a ser 7,0 ( sete), para aprovação, ou seja 70% de aproveitamento.

## **RECUPERAÇÃO PARALELA**

Entende-se por recuperação paralela o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno/ criança para superar deficiências ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação deve acontecer contínua e sistematicamente de tal forma que nos auxilie a perceber e interferir promovendo a aprendizagem, além de servir como instrumento auxiliador para o aluno conhecer e se apropriar de suas dificuldades e facilidades na aprendizagem.

Avaliação e recuperação andam sempre juntas, onde o ideal é utilizar instrumentos diversificados e acompanhar o desempenho dos alunos dia após dia.

## **APOIO PEDAGÓGICO**

Apoio Pedagógico é o conjunto de estratégias e atividades concebidas e realizadas na escola , com organização diversificada e própria, no âmbito curricular e extracurricular, incluindo aqueles que são desenvolvidas no seu exterior, de forma que os alunos adquiram os conhecimentos e as competências e desenvolvam capacidades, atitudes e valores consagrados nos currículos em vigor

Conhecimento... necessita a presença curiosa de sujeitos confrontados com o mundo Re transformadora sobre a realidade. Demanda uma constante busca.... No processo de aprendizagem. Pessoa que realmente aprende é aquela que... re-inventa o que aprende. (Paulo Freire)

O Apoio Pedagógico aplica-se, em termos prioritários, aos alunos do ensino que cumprem a escolaridade obrigatória e que revelem dificuldades cognitivas emocionais ou sociais na aprendizagem em qualquer área curricular.

As atividades de apoio pedagógico são planejadas atendendo às necessidades do aluno, realizadas e avaliadas em diálogo com o professor regente ou responsáveis pela aprendizagem do aluno.

O objetivo é Investir na tarefa de transformar o aluno em solucionador de problemas e na sua prática de reflexão. Organizando diversas mediações com significativas experiências de aprendizagem que favoreçam o exercício das habilidades intelectuais.

Os alunos ou crianças com dificuldades de aprendizagem que não são sanadas no contexto escolar e necessitam do apoio de outros técnicos como psicólogo, fonoaudiólogo, oftalmologista, clínicos gerais etc , recebem os devidos encaminhamento conforme suas especificidades e sendo necessário aguardam o atendimento do sistema público de saúde.

<b>Dimensão 4 – Infra-estrutura física e Recursos Pedagógicos</b>	
<b>Instalações físicas gerais</b>	
<p>➤ Existência de bibliotecas no âmbito das escolas: condições das instalações e espaço físico</p>	<p>As condições são muito boas . Os centros de Educação possuem um espaço físico para biblioteca. Exceção Rudolfo Theilacker e Adolfo Hedel, que possui mas que poderia ser um espaço maior. Recebimento de 3300 livros do FNDE em 2008.</p>
<p>➤ Existência e funcionalidade de laboratórios (informática e ciências).no âmbito das escolas</p>	<p>Laboratório de Informática _ C.E.Serra dos Alves C.E. Adolfo Hedel- poucos equipamento (UCA) Internet em todas as Unidades de Educação para uso principalmente do professor, podendo ser utilizado pelos alunos, porém temos somente um micro , Não possuímos laboratório de Ciências.</p>

➤ Existência, conservação e uso de quadras de esportes/espços de lazer.	Todas os Centros de Educação tem quadras, porém falta cobertura. As condições estão em bom estado de utilização
➤ Existência e condições de funcionamento das cozinhas e refeitórios.	Em bom estado. C.E.Adolfo Hedel, pelas condições de espaço não possui refeitório.
➤ Salas de aula: instalações físicas gerais e mobiliário.	Atendem a necessidade do número de alunos para cada turma
➤ Condições de acesso para pessoas com deficiência física.	Onde existe aluno portador de necessidade física. C.E. Otto Grimm, adequação conforme a necessidade
➤ Adequação, manutenção e conservação geral das instalações e equipamentos.	Em bom estado e constantemente sendo restaurados constantemente.

**OBRAS E EQUIPAMENTOS LICITADOS DE 2001 À 2008**

**OBRAS – EQUIPAMENTOS – SERVIÇOS**

<b>TRANSPORTE ESCOLAR</b>		
16.05.01	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERCURSO RODOVIARIO DA LOCALIDADE DE SERRA DOS ALVES A AGROLÂNDIA. (MANFRED)	11.220,50
25.02.02	Transporte Escolar Conforme Etinerários	78.092,19
05.07.02	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERCURSO RODOVIARIO DA LOCALIDADE DE SERRA DOS ALVES A AGROLÂNDIA. (MANFRED)	14.326,50
18.03.03	Transporte Escolar Conforme Etinerários	73.114,88
13.07.04	Transporte de Alunos do Ensino Médio para cursar em Rio do Sul na Escola Agrotécnica.	19.775,00
27.07.04	Um micro ônibus ano e modelo 2004, 23 passageiros	79.980,00
12.05.04	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERCURSO RODOVIARIO DA LOCALIDADE DE SERRA DOS ALVES A AGROLÂNDIA. (MANFRED)	15.784,00
15.01.04	Transporte Escolar Conforme Etinerários	200.200,00
06.05.05	Transporte de Alunos do Ensino Médio para cursar em Rio do Sul na Escola Agrotécnica.	10.307,25
01.06.06	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERCURSO RODOVIARIO DA LOCALIDADE DE SERRA DOS ALVES A AGROLÂNDIA. (MANFRED)	29.567,00
06.02.06	Transporte Escolar Conforme Etinerários	205.000,00
06.03.06	Transporte de Alunos do Ensino Médio para cursar em Rio do Sul na Escola Agrotécnica.	12.368,70

26.02.07	Transporte Escolar Conforme Etinerários	129.400,00
04.03.08	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERCURSO RODOVIARIO DA LOCALIDADE DE SERRA DOS ALVES A AGROLÂNDIA. (MANFRED)	20.640,00
08/2008	Transporte Escolar Conforme Etinerários	131.599,35
<b>OBRAS E EQUIPAMENTOS</b>		
29.06.01	Ampliação de uma sala de aula no Centro de Educação Rudolfo Theilacker	36.177,88
01.02.02	Construção da Quadra Poliesportiva de concreto com 648 m <sup>2</sup> no Centro de Educação Rudolfo Theilacker	54.984,86
06.01.03	Ampliação sala de aula no Centro Ed. Adolfo Hedel C/ 52,88m <sup>2</sup>	18.200,00
23.04.03	Ampliação do Centro de Educação Serra dos alves em 416,72 m <sup>2</sup> e Construção da Quadra Poliesportiva com uma área de 648 m <sup>2</sup>	231.342,52
15.04.04	Aquisição de mobiliários e equipamentos de informática para uso no Centro de Educação Serra dos Alves	24.498,00
07.06.05	Um veículo para passeio, 4 portas ano e modelo 2005.	21.750,00
03.04.06	Reforma de uma área de 1.214,69 m <sup>2</sup> e ampliação de uma área de 553,82 m <sup>2</sup> do Ginásio de Esportes	297.224,75
26.06.07	UM PLACAR ELETRÔNICO POLIESPORTIVO, PARA USO NO GINASIO DE ESPORTES RAIMUNDO ZWICKER	11.000,00
03.12.07	Aquisição de Brinquedos, Roupas de cama, Cortinas, Móveis, Aparelhos de DVD e TV, outros materiais para manutenção no CEI Pequeno príncipe.	10.196,30
07.02.07	AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUC. RUDOLFO THEILACKER 70,91 M <sup>2</sup>	49.975,70
24.04.07	AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO CANTINHO FELIZ EM 113,98 M <sup>2</sup>	95.278,05
31.12.07	REFORMA PARCIAL, REPINTURA E LIMPEZA DO TELHADO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO PEQUENO PRINCIPE EM 323,78 M <sup>2</sup> E CRIANÇA FELIZ UMA ÁREA DE 193,50 M <sup>2</sup> .	23.320,28
30.01.08	REFORMA PARCIAL E REPINTURA DO CENTRO EDUCAÇÃO SERRA DOS ALVES	44.462,10
08.07.08	AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO FELIZ	214.349,28
26.08.08	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROJETO FNDE	1.109.470,31

**Fonte Secretaria de Administração e Finanças de Agrolândia**

Além destes processos licitatórios, foram realizadas compras diretas como preconiza a lei de licitação e muitos produtos e equipamentos foram adquiridos para utilização nos Centros de Educação e Centros de Educação Infantil.

<b>RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS NA EDUCAÇÃO</b>					
<b>Ano</b>	<b>4 - Aplic.Pagto</b>	<b>5 - Aplicação</b>	<b>6 - Total Aplic.</b>	<b>7 - Total</b>	<b>Diferença</b>
	<b>prof. Magistério</b>	<b>MDE</b>	<b>Obrigat. 25%</b>	<b>Aplicado</b>	<b>(6 - 7)</b>
<b>2001</b>			1.141.426,71	<b>1.383.604,60</b>	242.177,89
<b>2002</b>			934.887,17	<b>1.218.949,76</b>	284.062,60
<b>2003</b>	358.457,25	984.269,54	1.002.223,77	<b>1.342.726,79</b>	340.503,02
<b>2004</b>	408.548,36	1.514.807,28	1.148.819,85	<b>1.923.355,64</b>	774.535,80
<b>2005</b>	476.892,99	1.341.608,51	1.406.765,52	<b>1.818.501,50</b>	411.735,98
<b>2006</b>	472.996,01	1.428.434,88	1.566.834,58	<b>1.901.430,89</b>	334.596,31
<b>2007</b>	590.629,10	1.590.903,49	1.657.501,61	<b>2.181.532,59</b>	524.030,98
<b>até 08/2008</b>	472.975,10	1.080.222,95	1.351.903,56	<b>1.553.198,05</b>	201.294,49
<b>Fonte Setor de contabilidade</b>					
<b>Dimensão 4 – Infra-estrutura física e Recursos Pedagógicos</b>					
<b>Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na escola pública</b>					
➤ Existência de computadores ligados à rede mundial de computadores			Em 11 das 12 unidades existe internet funcionando. Excelente para pesquisa dos profissionais , alunos e da comunidade escolar.		
➤ Utilização de recursos de informática para a atualização de conteúdos trabalhados em sala de aula e realização de pesquisas			Está se fazendo uso, em vários níveis, alguns mais intensos , outros ainda com dificuldades. Formação de 2008, sobre tecnologias para dar subsídios aos profissionais no uso das tecnologias.		
➤ Existência de recursos audiovisuais.			Retroprojeto data show Maquina digital TV DVD computador Em forma de empréstimo estão na Secretaria. As Unidades de educação possuem televisores, aparelhos de som, dvds, máquinas digitais.		

<b>Dimensão 4 – Infra-estrutura física e Recursos Pedagógicos</b>	
<b>Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais</b>	
➤ Existência, suficiência e diversidade do acervo bibliográfico (de referência e literatura)	Aquisição contínua Recebimento de 3.300 volumes do MEC através do FNDE em 2008 Temos vários, porém sempre necessita mais acervo.
➤ Existência, suficiência e diversidade de materiais pedagógicos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos).	Temos vários, que são adquiridos constantemente pela Secretaria e pelas A. p. p s, porém sempre necessita mais acervo.
➤ Suficiência e diversidade de equipamentos esportivos.	Temos em condições e quantidade suficiente. Sempre são repostos quando necessário
➤ Existência e utilização de recursos pedagógicos que considerem a diversidade racial, cultural e de pessoas com necessidades educacionais especiais. ➤ Confecção de materiais didáticos e pedagógicos diversos.	Já possuímos alguns, adquiridos pela Secretaria e pelas unidades de educação. Os profissionais confeccionam conforme a necessidade.

Projetos e ações Realizados, ações contínua e em parceria com toda a comunidade escolar:

- **PROERD - anual desde 2002**
- **Seminário de Educadores – anual desde 2004**
- **Fórum Social – anual desde 2001**
- **Mostra de trabalhos – anual desde 2001**
- **Avaliação funcional – anual desde 2002**
- **Avaliação institucional – anual desde 2007**
- **Ação Social - anual desde 2006**
- **Prefeito Mirim – anual desde 2002**
- **Programa de Leitura- implantado em 2008**
- **Saúde Bucal – implantado em 2005**
- **Programa de formação Continuada – desde 2001**
- **Programa de Formação de Gestores – desde 2004**

## **Legislação Municipal**

- **Lei do Sistema nº 1150 de 08.02.00**
- **Lei de criação dos Conselhos: Educação, CAE. FUNDEB, CMDCA, CE**
- **Plano de carreira 19.12.06**
- **Plano Municipal de Educação nº1482 de 22.09.04**

Possível consultar no site : <http://www.agrolandia.sc.gov.br/home>

## Avaliação do Índice de Educação básica , do município de Agrolândia

### Agrolândia supera média nacional no IDEB

Agrolândia superou em 2007 a meta proposta pelo Ministério da Educação (MEC) para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A avaliação leva em conta o rendimento escolar e as médias de desempenho estipuladas pelo governo Federal e fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O índice nos anos iniciais da educação em Agrolândia subiu de 3,6 para 4,3; já a média nos anos finais passou de 3,7 para 4,1. O resultado está acima da média nacional da rede municipal de ensino (de 1ª a 8ª séries) que é de 3,4 - numa escala de 0 a 10. "Atingimos em 2007, o índice projetado para ser alcançado em 2011", comenta a secretária de Desenvolvimento Educacional, Cátia Regina Marangoni Geremias. Veja detalhes no quadro abaixo.

A avaliação do Ideb foi criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e leva em conta dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho, para os municípios, é através da Prova Brasil. O cumprimento das metas implica no reajuste dos repasses federais para investir na educação básica. "O desempenho dos alunos e o trabalho dos professores, aliado a teoria e a prática elevaram a qualidade da educação em Agrolândia", disse Cátia.

O objetivo do MEC é de que todas as séries atinjam níveis educacionais de países desenvolvidos até a divulgação do índice em 2022: alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental devem sair de 3,8 para 6 pontos; estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental devem sair de 3,5 para 5,5 pontos e alunos do ensino médio devem subir de 3,4 para 5,2 pontos.

IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - **AGROLANDIA**

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,6	4,3	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8
Anos Finais	3,7	4,1	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

<http://ideb.inep.gov.br/Site/>

notícia veiculada no site da Prefeitura Municipal

<http://www.agrolandia.sc.gov.br/conteudo/?item=516&fa=1&cd=27728>

Acreditamos que os índices de educação em Agrolândia tem melhorado significativamente , comprovado em índices nacionais e em ações visíveis nas comunidades escolares.

## ANEXOS

### Nossas Unidades de Educação (página 14)



Centro de Educação Serra dos Alves



Centro de Educação Otto Grimm



Centro de Educação Adolfo Hedel



Centro de Educação Rudolfo Theilacker



Centro de Educação Hildegard S. Grimm



Centro de Educação Pequeno Príncipe



Centro de Educação Infantil criança Feliz



Centro de Educação Infantil Hanna Misfeld



C.E.I. Pica Pau Amarelo



C.E.I. Chapeuzinho Vermelho



Cantinho Feliz



Centro de Educação Complementar Ewald Brunos Julios Kress

**Projeto Educação Para Vida (página 19)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA**  
**Rua dos Pioneiros, 08 – AGROLÂNDIA – SANTA CATARINA**

**LEI Nº 1.051, de 15.05.98**

*Autoriza o Poder Executivo a incluir o Programa Educação Para a Vida no currículo das escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências.*

Dieter Erhard Grimm, Prefeito Municipal de Agrolândia,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído, como conteúdo obrigatório no currículo das escolas da rede municipal de ensino o Programa Educação para a Vida, que tem como objetivo, promover o resgate da cidadania proporcionando melhorias na qualidade de vida, compreendendo noções básicas de Saúde Pública (animal, humana, vegetal e ambiental), autorizando-se o Executivo Municipal à inclusão e providências para a sua viabilização.

**Art. 2º** - Poderá o Executivo Municipal, através das Secretarias Municipais, celebrar convênio ou acordo com a CIDASC, EPAGRI, ou entidades congêneres para a elaboração de programa básico e assessoramento ao corpo docente do Município.

**Parágrafo 1º** - A elaboração do programa básico, em consonância com a lei de Diretrizes e Bases da Educação, contemplará propostas educativas com assuntos de interesse do Município.

**Parágrafo 2º** - Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com assessoramento técnico dos órgãos conveniados, promover treinamento e reciclagem do seu corpo docente, com vistas a adequá-lo às exigências desta Lei.

**Art. 3º** - No final de cada ano letivo, ou quando se julgar conveniente, realizar-se-á avaliação escrita dos conteúdos programados e implementados em cada unidade escolar.

**Parágrafo 1º** - A forma de avaliação será determinada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, equipe de professores e assessores dos órgãos conveniados.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Municipal poderá expedir regulamento específico para a plena consecução desta Lei, obrigando-se a garantir-lhe aplicabilidade a partir do ano letivo de 1998.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Educação proverá os recursos necessários para o cumprimento e fiscalização desta Lei.

**Art. 6º** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Agrolândia, 15 de maio de 1998.

**Dieter E. Grimm**  
Prefeito Municipal

Valmir Batista  
Secretário de Adm. e Finanças

## Planejando ações - página 21



Conselho de classe bimestral



Reunião Pedagógica profissionais do centro de Educação Adolfo Hedel



PRÓ LETRAMENTO



Reunião de professores de toda a Rede municipal



Reunião com a Comunidade escolar



Formação Continuada /2008 Tema tecnologias - página 43



Elaboração da Proposta Pedagógica



Formação Continuada - página 43



Seminário entre Educadores página 43



Reunião Administrativa com todo o grupo



Fórum Social - página 43



Apresentação dos Alunos em evento de Professores



Reunião na Unidade de Educação Infantil



Reunião de A.P.P. para Prestação de Contas

## **Avaliação Funcional página 27**



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA  
Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC  
Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

DECRETO Nº 025/2007, DE 29 DE MARÇO DE 2007

### **Regulamenta e disciplina os procedimentos relativos à Progressão Funcional dos membros do Magistério Público Municipal, previsto na Lei Complementar n.º 063/2006, de 19.12.06**

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso VI, do art.79, da Lei Orgânica do município.

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** A progressão funcional do membro do magistério ocorrerá a cada 03 (três) anos, de uma classe para outra e decorrerá da avaliação do desempenho anual, da qualificação em instituição credenciada, do conhecimento, incluindo para o cargo ou emprego de professor, um ano no exercício da docência, a cada 03 (três) anos, da seguinte forma:

I – Avaliação de desempenho terá peso 3.0, e se constituirá:

- a) da média aritmética das avaliação anuais;
- b) de instrumento próprio de avaliação de desempenho, descritos em 05 (cinco) dimensões que terão como base 27 (vinte e sete) fatores extraídos das atribuições do cargo de Professor, que consta no Plano de Carreira, conforme Anexos I e II;
- c) a Secretaria do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo, juntamente com o Conselho Municipal de Educação, instituirá instrumentos que permitirão a avaliação processual do desempenho dos Profissionais em Educação.
- d) A pontuação máxima será de 100 pontos.

II – A avaliação do conhecimento terá peso 3.0, e ocorrerá a cada 03 (três) anos, abrangendo, além dos conhecimentos pedagógicos, aspectos referentes à organização, funcionamento e estrutura do Sistema Educacional, no caso do professor, a ser considerado:

- a) pontuação máxima = 100 pontos;
- b) as avaliações serão elaboradas a critério da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo, preferencialmente por instituições credenciadas.

III – A avaliação da qualificação terá peso 2.0, e levará em conta a participação em cursos em instituições credenciadas, previamente aprovadas pela Secretaria do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo, observando:

a) carga horária mínima por curso de 16 horas; pontos, valor hora aula curso 0.8, pontuação máxima 100 pontos;

b) para o cômputo da carga horária dos cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento serão considerados os certificados e/ou declarações dos últimos 03 (três) anos, nos quais deverão constar:

- título de curso;
- agência executora;
- período de execução;
- carga horária;
- conteúdo programático;
- registro no órgão competente.

IV – O tempo de exercício na docência terá peso 2.0, para os títulos do cargo ou emprego de professor, e será considerada a pontuação máxima de 100 pontos.

**Art. 2º** Somente progredirá na carreira, de uma referência para outra, o Profissional da Educação que alcançar no mínimo 70 pontos.

**Art. 3º** A promoção é a passagem seqüencial de um nível para outro, observando-se a área de atuação e a formação do servidor e será conquistado da seguinte forma:

I – Para o nível correspondente a nova habilitação profissional e em referência de vencimento imediatamente superior, conquistado da seguinte forma:

- a) anualmente, no mês de novembro, mediante apresentação de nova habilitação profissional quando não implicar em mudança de área de ensino, atuação disciplina e ou local de trabalho;
- b) a cada ano, quando implicar em mudança de área ou disciplina, formação e/ou local de trabalho.

**Art. 4º** A participação na promoção funcional estabelecida nas alíneas a e b do artigo 4º deste Decreto, depende da comprovação da habilitação exigida, não podendo implicar em mudanças de cargo.

**Art. 5º** A promoção funcional estabelecida na alínea b do art. 4º, destina-se ao provimento de vagas que serão fixadas, por área, disciplina e será realizada por meio de processo seletivo.

**§ 1º** No processo seletivo a que trata este artigo, será considerado, além da habilitação profissional, os seguintes critérios para fins de classificação.

I – Um ponto por mês pelo tempo de serviço prestado ao município na função docente.

II – Zero vírgula oito décimos de ponto por hora de freqüência em cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento na área da educação.

**§ 2º** O tempo de serviço de que trata o item I deste artigo deve ser expresso em ano, meses e dias.

**§ 3º** Os cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento devem ser relativos aos dois anos anteriores ao da realização do processo seletivo, com carga horária mínima de 16 horas.

**Art. 6º** A Comissão de Avaliação será composta pelos seguintes representantes:

- Dois representantes do corpo docente da Educação Infantil da rede municipal;
- Quatro representantes do corpo docente do Ensino Fundamental da rede municipal, sendo dois de 1ª a 4ª séries e dois de 5ª a 9ª séries;
- Um representante do Conselho Municipal de Educação;
- Um representante da Secretaria do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo;
- Um representante da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

**Art. 7º** Os procedimentos relativos a promoção funcional dar-se-ão por meio de edital específico.

**Art. 8º** Caberá à Secretaria do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo, juntamente com a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, realizar os procedimentos cabíveis para garantir a execução do presente Decreto.

**Art. 9º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10** Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 085/02, de 18.11.02 e o Decreto nº 086/06, de 21.11.06.

Gabinete do Prefeito Municipal de Agrolândia

Em 29 de março de 2007.

**Paulo Cezar Schlichting da Silva**

Prefeito Municipal

**Maria Elisabete da Silveira**

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

ANEXO I DO DECRETO Nº 025/2007 - **AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS (Professores)**

DIMENSÕES	INDICADORES	AVALIADOS	INSTRUMENTOS	PERÍODO	RESULTADOS/ CONSEQUÊNCIA
Assiduidade e pontualidade	A finalidade maior é o cumprimento do horário estabelecido. Tendo em vista atrasos e saída antecipada. Aproveitamento do tempo, hora atividade, recreio participativo. Participação em reuniões, palestras treinamentos e outros eventos	Equipe escolar	Livro ponto, atestado	Mensal	Garantir o bom funcionamento da escola, credibilidade junto a comunidade.
Qualidade e produtividade do trabalho	Resultado do trabalho em relação ao aproveitamento dos alunos. Clareza de objetivos, organização e apresentação das tarefas executadas, abertura ao novo e a proposta inovadoras. A produtividade poderá traduzir se em organização e boa apresentação das tarefas	Pais, colegas docentes, equipes técnicas e professores	Análise coletiva da equipe, relatório da direção da escola e coordenação pedagógica e auto-avaliação	Anual	Para garantir a qualidade da Educação.
Iniciativa e criatividade	Capacidade de solucionar problemas, pensando refletindo e agindo diante da ausência de normas, contribuir para novas idéias, sugestões alternativas. Capacidade do servidor para o desenvolver , novos padrões de pensamento, ter idéias originais.	Comissão	Registro do trabalho do professor, análise coletiva, registro do acompanhamento pela coordenação pedagogia.	Anual	Para que a escola seja sempre mais inovadora e criatividade.
Zelar pelos recursos financeiros e materiais	Cuidados que o servidor dispensa aos recursos que lhe são colocados sob sua responsabilidade e utilização.	Comissão	Relatório semestral elaborados, ficha de controle	Semestral	Visando economia e a boa utilização dos recursos
Cooperação e articulação com a comunidade	Predisposição para colaborar com os colegas de trabalho, com a chefia. Envolvendo a cooperação P.P.P. e envolvimento nas atividades extraclasse. E com os representantes dos demais órgãos da Administração Municipal	Pais, equipe escolar, comissão,	Relatório / Depoimentos/ Atas	Anual	Redefinição do relacionamento com os colegas e com a comunidade e revisão do P.P.

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Nome:		FUNÇÃO:			
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.	
<b>Assiduidade</b>	Quantas vezes faltou ao trabalho por motivo Pessoais ou de saúde	6	0,18	6,00	
<b>pontualidade</b>	Frequência a curso/reuniões/eventos	4	0,12	4	
<b>20p.</b>	Frequência à reunião pedagógica	4	0,12	4	
	Justifica as saídas da Unidade	3	0,09	3	
	Entrega de documentação	3	0,09	3	
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.	
<b>Produtividade no trabalho</b>	- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;	5	0,15	5	
	- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes do ensino	4	0,12	4	
	- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola e a proposta Político Pedagógica da Escola	4	0,12	4	
	- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos	4	0,12	4	
	<b>30 p</b>	Atualizar-se em sua área de conhecimento	4	0,12	4
		Zelar pela aprendizagem do aluno e disciplina	3	0,09	3
		Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s)	3	0,09	3
		Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.	3	0,09	3
	Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
	<b>Iniciativa e</b>	Estabelecer formas alternativas de recuperação paralela para os alunos que apresentarem rendimento insuficiente	10	0,3	10
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, através de projetos, mediações e atividades diferenciadas		5	0,15	5	
<b>20 p.</b>		Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino	5	0,15	5
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.	
<b>Zelar pelos Recursos- 8p</b>	Zelar pelo material docente, as instalações e recursos.	8	0,24	8	
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.	
<b>Cooperação e articulação com a Comunidade e Instituição</b>	Participar do processo de planejamento das atividades da escola	5	0,15	5	
	Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a Comunidade	3	0,09	3	
	Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e coordenação pedagógica	5	0,15	5	
	Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente	3	0,09	3	
	<b>22P</b>	Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola e materializar a proposta	4	0,12	4
	Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe, seminários, feiras, mostras.	2	0,06	2	
<b>TOTAL GERAL DE PONTOS</b>		100	3,00	100,00	
Agrolândia, _____/_____/_____					
<b>Assinatura da Comissão:</b>					



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA  
Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC  
Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

## **DECRETO N° 109/2007, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007**

*Nomeia a Comissão de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal e dá outras Providências.*

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o Inciso III, do Art. 8º, da Lei Complementar Municipal nº 063/2006, de 19.12.06, e do Art. 6º, do Decreto nº 025/07, de 29.03.07,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica nomeada a Comissão de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal, composta pelos seguintes membros:

- *Dois representantes do corpo docente da Educação Infantil da rede municipal:*  
Elke Jaqueline Goebel Metzger;  
Silvani Mayer Marangoni.
- *Quatro representantes do corpo docente do Ensino Fundamental da rede municipal, sendo dois de 1ª a 4ª séries e dois de 5ª a 9ª séries:*  
Mariley T. Mendes Rusch;  
Adelírio Hartemann;  
Célia Oliveira Rosa de Jesus (5ª a 9ª séries);  
Honeide Hedel (5ª a 9ª séries);
- *Um representante do Conselho Municipal de Educação:*  
Rozania dos Santos Doering.
- *Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo:*  
Cátia Regina Marangoni Geremias.
- *Um representante da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças:*  
Carolina dos Santos Floriano.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Agrolândia  
Em 30 de novembro de 2007.

**Paulo Cezar Schlichting da  
Silva**  
Prefeito Municipal

**Maria Elisabete da Silveira**  
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA  
Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC  
Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

## **AVALIAÇÃO Funcional /2007- Professores**

NOME: \_\_\_\_\_

CENTRO DE EDUCAÇÃO: \_\_\_\_\_ data \_\_\_\_\_

1. Descreva como você se considera como profissional, nos quesitos: pontualidade e assiduidade, exigências do cargo, Freqüências a compromissos do calendário, entrega de documentação?


2. Você se considera um funcionário que produz, planeja e reflete? exemplifique:


3. Você faz bom uso dos recursos públicos? O material didático foi suficiente?


4. Nos momentos de hora atividade quais as ações que você desenvolve?


5. Como é a sua articulação e relacionamento com a comunidade escolar, entenda professores, pais de alunos e alunos.


6. Você considera importante e participa na formação continuada?


7. Como está a atuação da equipe de gestão da sua Unidade, coordenação pedagógica e da Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo:



8. Você detecta avanços na Educação em Agrolândia. E retrocessos?


O que aconteceu de mais importante no seu trabalho em 2007	<b>O que dificultou seu trabalho em 2007</b>

\_\_\_\_\_

**Assinatura**  
**( entregar na Secretaria até 20/11/2007, impreterivelmente)**



Avaliação Institucional C.E.I. Cantinho Feliz - página 43



Reuniões por turmas no C.E.I. Cantinho Feliz



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA  
Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC  
Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

**LEI Nº 1.586** de 05.01.06

**Institui o serviço gratuito de transporte escolar no Município e dá outras providências.**

Paulo Cezar Schlichting da Silva, Prefeito Municipal de Agrolândia,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o serviço gratuito de transporte escolar para alunos matriculados no ensino fundamental.

§ 1º. O serviço de transporte escolar gratuito ora instituído destina-se ao atendimento de alunos matriculados na rede municipal de ensino.

§ 2º. Os alunos matriculados na rede estadual de ensino farão jus ao transporte escolar gratuito previsto neste artigo, desde que para tanto, haja convênio firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O serviço de transporte escolar gratuito de que trata o artigo anterior atenderá somente alunos que estejam matriculados em unidades escolares localizadas na área geográfica do município de Agrolândia.

Art. 3º. O serviço de transporte escolar gratuito instituído nesta lei compreende o deslocamento de ida e volta do aluno, para a escola mais próxima de sua residência.

Parágrafo único. Ante a ausência comprovada de vagas na escola mais próxima, o aluno poderá ser deslocado até a escola onde efetivar sua matrícula, mediante requerimento fundamentado dirigido ao Secretário Municipal de Educação.

Art. 4º. Fica preservado o direito de transporte ao aluno originário de escola isolada, nos termos do compromisso firmado em razão de sua nucleação.

Art. 5º. Os pontos de embarque e desembarque serão definidos em estudo rodoviário a ser realizado por comissão nomeada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. O aluno que residir até 3.000 (três mil) metros de distância do ponto de embarque ou da escola não terá direito ao transporte gratuito, a não ser que possa ser recolhido em local integrante do itinerário realizado pelo ônibus escolar, desde que haja vaga.

Art. 7º. O aluno que residir a mais de 1.500 (Um mil e quinhentos) metros de distância do último ponto de embarque ou da escola e que não puder ser atendido pelo serviço de transporte escolar em virtude de dificuldades de acesso do veículo ou por conta de seu itinerário, terá direito ao auxílio transporte.

§ 1º. O auxílio transporte compreenderá o montante de R\$ 30,00 a ser pago mensalmente aos pais ou responsáveis de alunos que enquadrem-se na situação descrita no caput deste artigo, considerando-se um benefício mensal por família.

§ 2º. O pagamento do auxílio transporte será efetuado diretamente na Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo.

Art. 8º. As unidades escolares das redes estadual e municipal de ensino que não cumprirem o calendário escolar previamente estabelecido entre as partes, deverão arcar com o transporte de seus alunos nos dias ou períodos alterados.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Agrolândia

Em 05 de janeiro de 2006.

Paulo Cezar Schlichting da Silva

Prefeito Municipal

Sigrid Siewerdt Felaço

Secretária Interina de Administração, Planejamento e Finanças



## PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 –

Agrolândia/SC Fone/Fax (47) 3534-4212

- [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

### **LEI Nº 1.616** de 05.05.06

Introduz alterações na Lei nº 1.586, de 05.01.06, que Institui o serviço gratuito de transporte escolar no Município e dá outras providências.

Paulo Cezar Schlichting da Silva, Prefeito Municipal de Agrolândia,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 7º e seus parágrafos, da Lei nº 1.586, de 05.01.06, ficando com a seguinte redação:

“Art. 7º. O aluno que residir a mais de 3.000 (três mil) metros de distância do ponto de embarque ou da escola e que não puder ser atendido pelo serviço de transporte escolar em virtude de dificuldades de acesso do veículo ou por conta de seu itinerário, terá direito ao auxílio transporte.

§ 1º. O auxílio transporte compreenderá o montante equivalente a 20,21 UFM a ser pago mensalmente aos pais ou responsáveis de alunos que enquadrem-se na situação descrita no caput deste artigo, considerando-se um benefício mensal por família.

§ 2º. O pagamento do auxílio transporte será efetuado mediante despacho fundamentado da Secretaria do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Esportivo, que analisará requerimento dos pais ou responsáveis, dirigido à referida Secretaria, conforme regulamento do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Agrolândia

Em 05 de maio de 2006.

Paulo Cezar Schlichting da Silva

Prefeito Municipal

Maria Elisabete da Silveira

Secretária de Administração,

Planejamento e Finanças



Formação de motoristas entre os Municípios de Agrolândia Trombudo central e Braço do Trombudo



# Calendário escolar de 2008 (página 36)

Janeiro							
D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12	
13	14	15	16	17	18	19	
20	21	22	23	24	25	26	
27	28	29	30	31			

04-Reunião professores da Creche- ACTs  
07- início das atividades das Creches com cça  
28-Publicação resultado ACTs  
28-Edital para remoção.  
31- Retorno dos Gestores  
31 Escolha de vagas

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

ACTs até 04/02  
5-feriado carnaval  
6-7-8 Reunião administrativa e formação para Professores  
1- Reunião merendeiras  
11 Início de atividades com alunos.  
29- Reunião coordenadoras

15 Dias letivos

Março						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

20- Formação  
21- Feriado Paixão  
28- Reunião Gestores

18 Dias letivos

Abril						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

18- Formação de professoras  
21-Tiradentes  
25- Reunião de gestoras  
30 -Conselho de classe  
Obs - Dia 18 haverá transporte p/ rede Estadual

19 dias letivos

Maio						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

01 e 02- Feriado dia do trabalho  
Festa das mães, escolha do dia a critério da unidade  
22- Corpus Christi  
23-Formação  
30- Reunião de gestoras  
OBS- Dia 23 tem transporte para rede estadual

19 dias letivos

Junho						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

30 formação  
27- Reunião de gestoras  
Dia 30 haverá transporte para a rede Estadual

20 Dias letivos

Julho						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

18- conselho de classe  
21-22-23 -24 Formação de professores  
19/07 a 03/08 recesso escolar para os alunos  
24- Função para merendeiras  
25- Função para os professores e merendeiras conforme escala.  
28 a 01/08 recesso professores e merendeiras

**14 Dias letivos**

Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30/31

04- Retorno dos alunos  
Festa dos pais a escolha do dia a critério da unidade  
22- formação  
23- Ação Social  
29- Reunião gestoras  
Dia 22 haverá transporte para rede Estadual.

**21 Dias letivos**

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

07- Ensino Fundamental dia letivo-desfile  
12 a noite ou 13 meio período  
Avaliação Institucional  
26- Reunião de gestores  
30- Conselho de classe

**21 Dias letivos**

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

IV Mostra de Trabalhos- 03 noturno ou 04 matutino ou vespertino , opcional , mínimo três horas.  
16- Formação  
17 folga dia do professor  
31- Reunião de gestores

**22 dias letivos**

Novembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29/30

13- Fórum Social  
17- Seminário entre Educadores  
21- Reunião de gestoras  
17- formação  
26-27-28 Avaliação funcional

**18 dias letivos**

Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

08 a 12 -inscrições ACTs  
Até o dia 16 atividade normal  
15- Conselho de Classe  
17- organização da Unidade- Ed. Infantil atividade normal  
18- Encerramento entrega de boletins , organizar Unidades a tarde  
18- Ed. Infantil Atividade matutino com crianças e organizar Unidades a tarde

**14 dias letivos**



Alimentação Escolar C.E.Otto Grimm (página 24)



Construção da Creche página 26



III Ação Social Articulação com a sociedade civil- página 43



Formação de Gestoras - página 43



Prefeitos Mirins Visitando a Prefeitura- página 43



PROERD- página 43



Viagens de estudo



Formação de Professores - página 43



Distribuição de Livros as Unidades de Educação programa de Leitura- página 43



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA**

Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC

Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2006/SDECE**

Estabelece normas para o cumprimento jornada de trabalho do profissional de Educação e disciplinar a hora atividade nas Unidades Escolares

O Secretaria de Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo de Agrolândia , no uso das atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 22/2001 22 de novembro de 2001.

**RESOLVE:**

Orientar Diretores de Escolas de Ensino Fundamental, Responsáveis por Unidade de Educação Infantil, Professores para a correta observância dos procedimentos acerca do cumprimento da hora atividade dos professores nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Agrolândia.

1-“A jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas semanais, das quais 20% (vinte por cento) serão destinadas `a atividades de planejamento e avaliação do trabalho didático, `a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, á articulação com a comunidade e Ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola” (lei nº 22 de 22 de novembro de 2001. ART .12 do Plano de carreira)

2 - Para assegurar o cumprimento da jornada de trabalho do profissional de magistério , beneficiados pela hora atividade deverá a direção das escolas realizar juntamente com o professor o planejamento de suas atividades no contexto da Unidade escolar, observados os seguintes procedimentos:

2.1- No Ensino Fundamental o horário das aulas ministradas, deverá ser elaborado pela direção da escola com a participação dos professores, levando em consideração:

1º) As aulas devem ser distribuídas de forma que contemplem , condições pedagógica favoráveis às aprendizagens dos alunos;

2º) Deverá ser evitado que o horário das aulas de cada disciplina , concentre-se em dias seqüenciais, mas alternados no decorrer da semana;

3º) A Utilização de aulas faixa poderá ser utilizada desde que não comprometa a as aprendizagens dos alunos

4ª) A direção da escolas deverá distribuir turmas e turnos respeitando a garantia de acesso e freqüência dos alunos bem como as condições físicas e administrativas da escola;

5º) Garantia de 20%(vinte por cento) de hora atividade ao profissional em efetiva regência de classe, com observância de turno, horários favoráveis ao seu desempenho profissional, resguardado o cumprimento da legislação em vigor.

2.2 - Na Educação Infantil a hora atividade deverá ser concedida em horários de menor concentração de crianças, com agrupamento de turmas se necessário, respeitando o número máximo de crianças conforme previsto na resolução da Educação Infantil nº 003 de 2001.

2.2.1- Durante a hora atividade o professor deverá realizar planejamento , de uma rotina diferenciada ,com objetivos claros que respeitem a proposta Pedagógica da Instituição conforme a faixa etária que está sendo atendida e que possa garantir o processo de ensino aprendizagem.

3 - O professor deverá cumprir sua jornada de trabalho na escola, mediante registro de freqüência diária.

4- A hora atividade deverá ser cumprida na escola com atividades planejadas com a direção da escola e professor.

2.2-Poderá ser deduzida da hora atividade do Professor, após cronograma interno , o período dedicado a Reuniões Pedagógicas, Reunião de Pais, Conselhos de Classe, Festas Escolares, entre outros, quando realizadas em horário extraordinário.

7-A Direção da Escola deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Educação o

planejamento das horas atividades para avaliação e acompanhamento.

8 - O não cumprimento da hora atividade previstas nesta Instrução Normativa resultará no registro de falta injustificada.

9 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

10 - Revogam-se as disposições em contrário

Agrolândia, 28 de setembro de 2006

---

Cátia Regina Marangoni Geremias

Secretária do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA**

Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420 000 – Agrolândia/SC

Fone/Fax (47) 3534-4212 - [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

**LEI Nº 1.482 de 22.09.04**

**Aprova o Plano Municipal Decenal de Educação de Agrolândia e estabelece outras providências.**

Marion Gerhardt Klug, Prefeito Municipal de Agrolândia em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica aprovado o Plano Municipal Decenal de Educação de Agrolândia, na forma do Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agrolândia, 22 de setembro de 2004.

**Marion Gerhardt Klug**  
Prefeito Municipal em exercício

**Claudinei Vicenzi**  
Secretário de Adm. e Finanças

## **Referência Bibliográfica**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Fundamental.**  
**Parâmetros Curriculares Nacionais** - Brasília 2001

Proposta Educacional da Secretaria de Educação de Vidal Ramos  
Proposta Educacional da secretaria de Educação de Agrolândia

Referencias Curriculares da Educação infantil- RECNEI

Proposta Pedagógica de Santa Catarina

VYGOTSKY, L. - **Pensamento e linguagem**. SP, Martins Fontes, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, P. ***Pedagogia do oprimido***. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

LUCKESI, C. C. ***Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições***. São Paulo: Cortez, 1996.

Constituição Federal Brasileira

LEI DE DIRETRIZES BASES DA EDUCAÇÃO